

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO COOPERATIVO E CIDADANIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA
E AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS:
Dispositivos jurídicos para a subordinação econômica camponesa

JOÃO MARCELO BORELLI MACHADO

CURITIBA
2006

JOÃO MARCELO BORELLI MACHADO

**A FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA
E AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS:
Dispositivos jurídicos para a subordinação econômica camponesa**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito, Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Peres
Gediel

**CURITIBA
2006**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO MARCELO BORELLI MACHADO

**A FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA
E AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS:**

Dispositivos jurídicos para a subordinação econômica camponesa

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel
UFPR

Prof. Dr. Celso Luis Ludwig - UFPR

Prof. Dr. José Juliano de Carvalho
Filho - USP/SP

Curitiba, 20 de julho de 2006.

*A Romeu e Vilma,
meus queridos pais,
Irene,
minha amiga de infância.
Enita,
mi amada argentina.*

AGRADECIMENTOS

Dedico especial agradecimento aos meus familiares, amigos e professores: Romeu Machado e Vilma Borelli Machado, Emirena Giselle Cano Maymo, Irene Maria Leal, José Luis Borelli, Ivone Borelli, Giovane Rizzi, Everthon Taghori Sica, Mayra Silveira, Edson Dupsk (*in memoriam*), Andréia Idalêncio Rochi, Fábio Hernandez de Araújo, Rose Zanardo, Eduardo Joaquim Madruga, Luciana Araújo e André Cruz.

Agradeço também ao professor José Antônio Peres Gediél pela orientação e amizade. Aos professores: César Serbena, Liana Carleial, Celso Ludwig, Aldacy Rachid e Katie Argüelo, por suas contribuições valiosas. Aos funcionários Laura, Fátima, Cris, Sandra e ao Marcelo, da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela dedicação e presteza.

“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos” (Eduardo Galeano)

SUMÁRIO

RESUMO	viii
RESUMEN	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A economia agrícola e o cooperativismo brasileiro	16
1.1 - O sentido da colonização	16
1.2 - O setor agro-exportador	21
1.3 - O setor tradicional	32
1.4 - A modernização conservadora e a subordinação do campesinato	37
1.5 - A inserção do cooperativismo na economia agrícola brasileira.....	44
CAPÍTULO 2 – A dominação camponesa pela via cooperativa	51
2.1 - As classes sociais no campo	51
2.2 - Os camponeses brasileiros	59
2.3 - O proletariado agrícola, a burguesia e os latifundiários	68
2.4 - Os dispositivos legais e estatutários de submissão econômica camponesa....	68
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXO 1 – Lei n.º 5.764/71	
ANEXO 2 – Estatuto CAMDA	

RESUMO

A presente dissertação insere o cooperativismo agrícola na história econômica brasileira, destacando os elementos estruturais que o compeliram a se engajar no processo de 'modernização conservadora', que subordinou a agricultura aos setores industrial e financeiro. O resgate da teoria da luta de classes vem auxiliar a identificação dos principais dispositivos legais e estatutários que desvirtuam o 'movimento cooperativista' e viabilizam a exploração do sobre-trabalho camponês pelo sistema capitalista. Palavras chave: cooperativismo agrícola / história econômica brasileira / 'modernização conservadora' / teoria da luta de classes / dispositivos legais e estatutários.

RESUMEN

La presente disertación insiere el cooperativismo agrícola en la historia económica brasileña, destacando los elementos estructurales que lo llevaron a incorporarse en el proceso de 'modernización conservadora', que subordinó la agricultura a los sectores industrial y financiero. El rescate de la teoría de la lucha de clases auxilia la identificación de los principales dispositivos legales y estatutarios que desvirtúan el 'movimiento cooperativista' y viabilizan la apropiación del sobre-trabajo del campesinado por el sistema capitalista. Palabras clave: cooperativismo agrícola / historia económica brasileña / 'modernización conservadora' / lucha de clases / dispositivos legales y estatutarios.

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

No Brasil, o pensamento econômico de Paul Singer¹ tem dominado as discussões acadêmicas sobre o ‘cooperativismo popular’. Algumas de suas obras² tratam do gradual surgimento de um novo ‘modo de produção’: a ‘economia solidária’; que supostamente estaria ganhando o terreno das relações de produção não alcançadas pelo capitalismo hegemônico³. Essa influência teórica tem se espalhado para além dos debates econômicos e capitaneado o pensamento de importantes autores que discutem o ‘cooperativismo popular’ sob o prisma das ciências sociais e jurídicas⁴.

Fazem-se necessárias tais considerações preliminares, porque não recorreremos ao tradicional marco teórico da ‘economia solidária’ no presente trabalho, afinal “o predomínio absoluto de uma visão apologética do sistema cooperativista na literatura brasileira sobre o tema – calcada numa pretensa imutabilidade dos seus princípios doutrinários – de pouco ou nada contribui para o debate em torno do real significado deste cooperativismo no contexto nacional”.⁵

Amparado em importantes conceitos integrantes do socialismo-científico clássico, revolvemos a história econômica brasileira a fim de destacar os elementos estruturais que inevitavelmente repercutiram sobre o cooperativismo agrícola implantado no Brasil, fazendo com que seus princípios originários sucumbissem à lógica das relações de produção mercantis, com reflexos evidentes na legislação cooperativista nacional.

¹ Paul Singer é Doutor em Ciências Econômicas e professor da Universidade de São Paulo – USP. Já escreveu e organizou diversas obras que tratam da Economia Solidária e em 2003 assumiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

² *Introdução à Economia Solidária; Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas; e Uma Utopia Militante: repensando o socialismo.*

³ Esta concepção teórica é fortemente influenciada pela escola europeia de Economia Social, que encontra em Jean-Louis Laville o seu principal teorizador.

⁴ A farta literatura de Boaventura de Sousa Santos nas ciências sociais e de Rui Namorado nas ciências jurídicas, são exemplos concretos dessa influência.

⁵ **SCHNEIDER, João Elmo.** O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, *in* LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.12.

Existem amplos relatos sobre as primeiras cooperativas industriais e de consumo, que foram idealizadas e empreendidas pelos socialistas utópicos da geração de Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier⁶.

*O cooperativismo surgiu, em meados do século passado, como uma proposta de superação 'pacífica' do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadear da Revolução Industrial. O motor dessa transformação gradativa da sociedade não seria a luta de classes, como propunham Marx e seus seguidores, mas o apelo natural à racionalidade da organização cooperativista, que se imporia sobre o laissez faire capitalista. A cooperação mútua, tomando o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituiria a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, pois não comportaria nem exploradores, nem explorados.*⁷

Os resultados dessas experiências foram analisadas por Karl Kautsky em sua obra 'A Questão Agrária'⁸ e por Rosa Luxemburgo no clássico 'Reforma ou Revolução'⁹, que em seus respectivos escritos identificaram as duas alternativas que se colocavam ao cooperativismo sob o auspício do capitalismo: a ruína ou sua conversão em empresas capitalistas! Estas críticas severas fizeram com que as gerações posteriores de pensadores socialistas abandonassem por completo a idéia de transformação social via cooperativismo.

Com o advento do socialismo real na Rússia e sua difusão transcontinental a partir do pós-guerra, surgiram diversas cooperativas de produção nos países socialistas¹⁰, que eram organizadas e operavam segundo os ditames do planejamento econômico estatal. O 'movimento cooperativista' também experimentou novas fórmulas em diversos países de economia capitalista, que

⁶ **SINGER, Paul.** *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo: Perseu Abramo, 2002, p.38.

⁷ **SCHNEIDER, João Elmo.** O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.11.

⁸ Kautsky descartou o cooperativismo como via ao socialismo e considerou-o mais uma forma de transição para o capitalismo, especialmente no setor agrícola, em razão de sua inacessibilidade aos pequenos camponeses ou aos proletários agrários.

⁹ Para Rosa Luxemburgo as cooperativas possuem uma natureza híbrida, produzindo de forma socializada e recorrendo ao sistema de trocas capitalista que, afinal, domina a produção.

¹⁰ Sobre este tema destaca-se a análise que o Professor mexicano José Luis Clava realiza sobre os fatores históricos que conduziram a derrocada dos 'koljoses soviéticos' e o refluxo das 'comunas populares de China'. **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1988.

contaram com o apoio de políticas públicas intervencionistas e serviram a propósitos eminentemente reformistas, a exemplo dos *ejidos* coletivos do México, os *kibutz* israelenses e o complexo cooperativo de Mondragón.

Todas essas experiências atestam não apenas uma ambivalência, como também as diversas adaptações que se fizeram necessárias à sobrevivência das cooperativas, que acabaram por ‘flexibilizar’¹¹ excessivamente seus princípios doutrinários ante o risco da decomposição completa. De uma forma ou de outra, o sentenciado por Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky confirmou-se plenamente.

*No Brasil, o movimento cooperativista agrícola surgiu nas primeiras décadas do século XX, fruto da iniciativa de pequenos produtores, que se reuniram para proceder à comercialização em comum de seus produtos, objetivando ampliar sua margem de lucro através da eliminação dos intermediários.*¹²

O cooperativismo agrícola nacional é um fenômeno recente e insere-se numa determinada etapa do processo histórico de formação da economia brasileira. Seu impulso inicial, que data da década de 30 de século passado, possui um forte componente político e reformador, mas sua robustez e persistência temporal encontram nos fatores de ordem econômica sua verdadeira mola propulsora, por servir de importante instrumento no processo de expropriação do sobretrabalho da população camponesa.

A inserção do cooperativismo no espaço rural brasileiro contribuiu enormemente para a total subordinação da agricultura à indústria e ao setor financeiro. Isto porque tornou acessíveis aos camponeses cooperados diversas tecnologias modernas de cultivo e, paralelamente, aprofundou a inserção desses pequenos produtores nos mercados interno e externo, fazendo-os recorrer sistematicamente ao crédito bancário.

¹¹ Nas economias socialistas o planejamento estatal suplantou o princípio da autonomia e independência, enquanto que nas economias capitalistas os princípios do controle democrático pelos sócios e da autogestão foram os mais sacrificados. No Brasil, corroborando esta situação, a Lei n.º 5.764/71 disciplina em seu artigo 48 que os *órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.*

¹² **FLEURY, Maria Tereza Leme.** *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo do Brasil*, São Paulo: Global, 1983, p.39.

*O espaço agrícola está, assim, marcado por desigualdades gritantes: num extremo as explorações agroindustriais, muitas vezes dependentes do mercado mundial e apoiadas direta ou indiretamente nos capitais internacionais; noutro extremo, as pequenas explorações que funcionam na base do trabalho humano e de um capital variável fraco, obtido freqüentemente por empréstimos usurários. Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam, de modos múltiplos, frações de capital e do trabalho.*¹³

Na seqüência, analisamos quais as classes sociais que foram forjadas no campo brasileiro após cinco séculos de um modelo produtor dualista. Em primeiro, os ‘soldados da fortuna’¹⁴ convertidos em burguesia agrária, surgidos com a fundação do Brasil e lentamente entrelaçados ao capitalismo financeiro e comercial, nacional ou estrangeiro. Em seguida, o proletariado agrícola que sucede a mão-de-obra escrava e fornece todo o sobretrabalho capturado pelos primeiros. Por fim, o campesinato brasileiro que irrompe no campo graças aos cultivos de subsistência, que morre nos conflitos agrários e busca o renascimento na necessidade de reproduzir sua existência. Destas três classes sociais, a primeira e a terceira fundem-se ou combatem-se nas cooperativas agrícolas, conforme o nível do debate sobre os modelos antagônicos de sociedade que defendem.

A inserção da teoria da luta de classes neste trabalho, deve-se ao fato de que a burguesia agrária e o campesinato possuem finalidades econômicas distintas (mercado externo ou interno) para suas unidades produtivas. No entanto, a indústria nacional impulsiona essas atividades em direção a complementariedade. Assim, o agronegócio projeta seu modelo produtivo sobre o campesinato e atribui o rótulo ‘agricultor familiar’ a este ‘novo camponês’, que nas cooperativas pode mais facilmente acessar as novas tecnologias (insumos e assistência técnica), o crédito e os mercados.

Posto isto, verificaremos que não existem contradições entre o que preceituam os diplomas legais que regulamentam o cooperativismo e o modelo capitalista hegemônico na agricultura brasileira, uma vez que tais normatizações não interferem na destinação da produção agrícola (mercado externo ou interno), nos

¹³ **SANTOS, Milton.** *Economia Espacial – Críticas e Alternativas*, São Paulo: USP, 2003, p.143.

¹⁴ **FERNANDES, Florestan.** *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*, São Paulo: Zahar Editores, 1975, p.24.

mecanismos de apropriação da renda camponesa pelo capital comercial e financeiro, na estrutura de classes da sociedade rural ou na subordinação da agricultura à indústria.

CAPÍTULO 1 - A economia agrícola e o cooperativismo brasileiro

1.1 - O sentido da colonização:

O processo histórico rural brasileiro engendra-se desde o começo num sistema de divisão internacional do trabalho que fixará definitivamente sua 'vocação' e arrancar-lhe-  das mãos o seu destino.

*Nunca se insistir  suficientemente sobre o fato de que a implantação portuguesa na América teve como base a empresa agrícola-comercial. O Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola. Não se trata, como na América Hisp nica, de conquista. Pouco havia a conquistar ou a pilhar. Foi a pilhagem que permitiu, na América Hisp nica, a aventureiros praticamente sem posses, acumular riquezas e transformar-se em poderosos senhores. Tampouco houve, como nas Antilhas francesas e inglesas, a prevalência dos objetivos políticos, que justificaram os subsídios estatais aceleradores da formação das colônias de povoamento que, nessa região, precederam de cerca de meio século a penetração do açúcar.*¹⁵

Portanto, a colonização portuguesa no Brasil foi um importante acontecimento histórico dentro de uma conjuntura mundial muito mais complexa. Esta noção é muito importante, porque recorrentemente escapam-nos de vista as razões que motivaram o 'descobrimento', a forma como ele se concretizou e os rumos que ele tomou. Por estes motivos, torna-se imperioso analisar os fatores que justificaram a implantação de duas espécies complementares de organização da produção agrícola, quais eram suas finalidades, as características do seu funcionamento e como se desenvolveram até alcançar os modelos do século XXI.

O 'descobrimento' e a colonização da América pelas nações do velho continente origina-se de simples empresas comerciais comandadas por navegadores daqueles países. Para isso, contribuem decisivamente o aprimoramento das técnicas de navegação e a melhoria dos meios de transportes

¹⁵ **FURTADO, Celso.** *Análise do Modelo Brasileiro*, 6  ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.93.

marítimos verificados no século XIV, que permitem a expansão europeia ultramarina e o desenvolvimento do comércio continental para além das antigas rotas terrestres. Os fatores determinantes do pioneirismo dos portugueses e espanhóis na navegação em alto mar não nos interessam tanto quanto a compreensão do ‘sentido da colonização tropical’¹⁶, assim sintetizada por Caio Prado Júnior:

*No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.*¹⁷

O comércio é o motor do descobrimento de um novo continente pelos europeus. Inicialmente, o desbravamento e o povoamento de um território bruto e tropical não ocorreu a nenhum desses povos. A ocupação efetiva das colônias só se deu como contingência, motivada por circunstâncias não antes previstas. A princípio, no Brasil são estabelecidas feitorias comerciais¹⁸, uma vez que Portugal não tinha condições de suportar um êxodo populacional expressivo e seus habitantes, tão pouco, se predispunham naquela época a emigrar das zonas temperadas em que viviam para os trópicos.

Portugal não foi pioneiro apenas na navegação, também tomou a dianteira no processo de colonização, povoando e organizando a produção nas ilhas do Atlântico (Açores, Cabo Verde e Madeira), iniciativa esta que posteriormente repetiu no Brasil. Os produtos espontâneos, de índole extrativa, marcam o momento de desbravamento desses territórios conquistados. Posteriormente, partiu-se para uma nova base econômica, mais estável e ampla: a agricultura nos trópicos.

¹⁶ Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da Metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade. **FAUSTO, Boris.** *História do Brasil*, 10ª ed., São Paulo: Ed. USP, 2002, p.47.

¹⁷ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p.31.

¹⁸ As feitorias eram integradas por militares, funcionários e agentes comerciais, funcionando como ponto de articulação entre as rotas marítimas e destinando-se à mercancia com os nativos.

É importante destacar que no início não houve diferença entre as colonizações empreendidas nas zonas tropicais e temperadas, pois em ambas praticou-se a exploração de produtos espontâneos. Mas a partir do século XVII, as zonas temperadas sob domínio inglês começam a ser povoadas, em decorrência das lutas político-religiosas e da expulsão maciça da população camponesa, em virtude da ampliação das pastagens para a cultura ovina que fornecia a lã para a nascente indústria têxtil inglesa.

*Daí derivará também um novo tipo de colonização que tomará um caráter inteiramente apartado dos objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas. O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas.*¹⁹

Mesma sorte não tiveram as zonas tropicais ou subtropicais. Suas condições naturais guardavam uma interessante dualidade, pois na mesma medida que repeliam os colonos europeus que não se predispunham a suportar o clima dos trópicos e o ambiente bruto e indevassado, atraía aqueles agentes econômicos motivados pela excelente oportunidade de obter grande variedade de gêneros em qualidade (pimenta, anil, etc.), quantidade (açúcar, algodão, etc.) e novidade (tabaco, mandioca, etc.).

Interessante notar que o trabalho branco não foi sequer tentado no Brasil. Não havia braços suficientes e disponíveis num Portugal castigado pelas pestes do século anterior e que, ainda em meados do século XIV, tinha a maior parte do seu território inculto e abandonado. Mesmo na metrópole a mão-de-obra escrava era empregada com abundância²⁰.

Em tais circunstâncias, o colono europeu que se deslocava para os trópicos não trazia consigo a disposição para o trabalho físico e forçado, mas vinha como dirigente da produção e apenas excepcionalmente como trabalhador.

¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 43ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p.18.

²⁰ Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p.30.

Nesta base se realizaria uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo: o temperado e os trópicos. Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é; em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as ‘plantations’ das colônias inglesas) – que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. ... A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América.²¹

Portanto, as colônias tropicais diferem-se profundamente das estabelecidas nas zonas temperadas e dão origem a um tipo de sociedade totalmente original, que não se caracterizava como uma simples feitoria comercial embora conservasse o intuito mercantil, reunindo a natureza pródiga em recursos e destinada à produção de gêneros de grande valor comercial, cultivados por indígenas ou negros escravizados e sob a direção de um ‘autêntico soldado da fortuna’²².

Se vamos a essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.²³

²¹ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *História Econômica do Brasil*, 43ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p.20/21.

²² **FERNANDES, Florestan.** *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*, São Paulo: Zahar Editores, 1975, p.24.

²³ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *História Econômica do Brasil*, 43ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p.23.

A economia da colônia era totalmente organizada para a produção e exportação das especiarias e tudo mais que nela existia estava irremediavelmente destinado a amparar o fim principal. As demais culturas tinham caráter assessorio, ou seja, eram cultivos de subsistência que não encontravam em si mesmas razão de existir.

É a partir deste momento que começamos a delinear os contornos dos dois tipos de organização da produção rural que evoluirão para a moderna dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar. Porém, antes disso, precisamos avançar um pouco mais na compreensão dos elementos que caracterizavam a economia colonial brasileira, pautada por uma organização da produção destinada a concentração da riqueza e voltada para uma finalidade exterior, como mera fornecedora para o comércio internacional.

Instalou-se no Brasil uma verdadeira agricultura extrativa, que drenava para si todas as energias que poderiam ser potencialmente aplicadas em outros empreendimentos e, simultaneamente, continha qualquer possibilidade de mudança estrutural da economia ou da sociedade colonial.

*O Brasil existia para fornecer-lhe ouro e diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Assim entendia as coisas e assim praticava. Todos os atos da administração portuguesa com relação à colônia têm por objeto favorecer aquelas atividades que enriqueciam o seu comércio, e pelo contrário opor-se a tudo mais. Bastava que os colonos projetassem outra coisa que ocupar-se em tais atividades, e lá intervinha violentamente a metrópole a chamá-los à ordem: o caso das manufaturas, da siderurgia, do sal, de tantos outros, é bastante conhecido.*²⁴

Interessante notar que a faixa de territórios que se estende do norte ao sul do Brasil foi à zona de eleição natural para o desenvolvimento da agricultura. Não só a facilidade do transporte e a proximidade dos portos para exportação contribuíram para isto, como também a qualidade do solo massapé e o tipo de clima quente e úmido encontrado nas regiões tropicais ou subtropicais. Só excepcionalmente, como no planalto paulista, a grande lavoura penetrou para o interior do Brasil nos três primeiros séculos que sucederam o início do processo colonizador.

²⁴ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p.126.

O desenvolvimento da agricultura deu-se apenas em termos quantitativos, tendo persistido até princípios do século XIX técnicas primitivas de cultivo do solo, que ignoravam tecnologias simples como: a irrigação, a rotação de culturas, a adubagem e o arado de tração animal. A produção colonial contou com os recursos naturais abundantes até seu esgotamento completo²⁵. A exuberância da vegetação foi transformada em lenha e a riqueza do solo foi esgotada pela monocultura extenuante da cana-de-açúcar.

*A sua derrota era inevitável; e mantendo-se como se mantinha unicamente na base do comércio exterior, dependendo de mercados sobre que não tinha a mais leve e remota ação, o colapso não tardaria, se a Providência não viesse em nosso auxílio. ... Esta chegaria até nós sob a forma de um gênero para cuja produção a Natureza nos aparelhara admiravelmente: o café.*²⁶

O período de agonia do ciclo açucareiro é também o momento de nascimento e de transição para o ciclo econômico do café que, como se verá mais adiante, alcançou seu apogeu durante o Brasil Império e viu sucumbir sua hegemonia durante as décadas de 20 e 30 do século XX.

Identificado o 'sentido da colonização' e compreendidos os principais caracteres de sua economia, partimos para a análise da grande lavoura e da agricultura de subsistência, que foram as duas principais formas de produção rural daquela época. Se por um lado, à importância econômica da grande lavoura é sinteticamente o próprio sentido da colonização, por outro lado, a essencialidade da agricultura de subsistência na manutenção deste modelo por aproximadamente três séculos foi percebida tão somente pela Coroa Portuguesa, que em diversas oportunidades teve que reprimir duramente seus aliados comerciais. Por estes temas que nos debruçaremos nos dois tópicos seguintes.

1.2 - O setor agro-exportador:

²⁵ Nos primeiros séculos da colonização não foi percebido que se estava desbaratando um capital, e não apenas colhendo seus frutos. **PRADO JÚNIOR, Caio.** *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p.141.

²⁶ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p.142.

Os elementos característicos da grande lavoura jamais deitaram raízes espontaneamente pelo solo latino-americano²⁷. Foram importados pelas companhias privilegiadas de comércio, que haviam atuado na extração dos gêneros tropicais e quando passaram a produzir as especiarias o fizeram em grande escala, como forma de exponenciar suas inversões. Mesmo após a proclamação da independência e, posteriormente à república, este modo de organizar a produção foi mantido em sua essência. Sofisticou-se o sistema econômico, que viu substituir os 'dirigentes' estrangeiros pelos nacionais, trocou o desinteressante açúcar pelo competitivo café, deixando intacta a subordinação da economia 'nacional' aos mercados externos e reforçando nossos laços de dependência econômica.

Portanto, a adoção de grandes unidades produtoras não foi mera opção dos colonizadores, mas constituiu verdadeira cláusula imperativa para atração dos agentes empreendedores. Isto porque, esta forma de organização da produção permitia a combinação de três fatores fundamentais: a grande propriedade, a produção monocultora estimulada pela exportação e o emprego intensivo do trabalho escravo²⁸.

A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constituiu assim uma economia e classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem

²⁷ Na Ilha da Madeira, dois sistemas agrícolas paralelos competiram pela predominância econômica. O cultivo tradicional do trigo atraiu um número considerável de modestos camponeses portugueses, que tinham a posse de suas terras. Ao mesmo tempo, surgiram as plantações de cana-de-açúcar, incentivadas por mercadores e agentes comerciais genoveses e judeus, baseadas no trabalho escravo. A economia açucareira acabou por triunfar, mas seu êxito foi breve. O rápido declínio deveu-se tanto a fatores internos como à concorrência do açúcar do Brasil e de São Tomé. **FAUSTO, Boris.** Ob. cit., p.29.

²⁸ Futuramente, a mão-de-obra escrava será substituída pela assalariada, momento em que se encontrarão presentes todos os elementos estruturais do nascente capitalismo brasileiro.

*afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração. Até mesmo, em alguns e importantes casos, a grande exploração se ampliou e integrou ainda mais. É o que se deu recentemente com a lavoura canavieira no Nordeste onde os antigos engenhos foram sendo progressivamente absorvidos e concentrados pela usina; ...*²⁹

No Brasil, o campesinato em sentido estrito³⁰ surge e se difunde à margem da grande lavoura, empreendimento este que secularizou os favores econômicos e políticos recebidos da Coroa Portuguesa e, posteriormente, do Estado brasileiro. Vejamos então, de forma mais acurada, cada uma das características da grande lavoura.

A grande propriedade foi implementada na colônia graças à incorporação do regime legal das sesmarias, que vigia na Metrópole. Os donatários das Capitânias Hereditárias³¹ tinham o poder de outorgar a sesmaria a todo àquele que dispusesse de capital suficiente para implementar as instalações da fazenda e importar a mão-de-obra escrava para o trabalho na lavoura. É conhecida a notícia de que apenas as Capitânias de São Vicente e Pernambuco prosperaram. A regra foi o latifúndio improdutivo, verdadeiro pecado original agrário³² que se encontra nas raízes do subdesenvolvimento³³ de qualquer nação.

Regime de propriedade anterior à época das Ordenações Afonsinas³⁴, a sesmaria foi abolida no Brasil logo após a proclamação da independência. Um breve vácuo legislativo foi verificado entre 1882 e 1850, quando foi editada a providencial Lei de Terras³⁵. Esse estatuto jurídico foi essencial para a ulterior consolidação do capitalismo no Brasil, tendo garantido a permanência da concentração fundiária já existente e praticamente impedido os negros livres ou os colonos europeus de obter a propriedade da terra, o que liberava a mão-de-obra necessária para manter operante o sistema de produção agro-exportador mesmo após a abolição da escravatura.

²⁹ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *A Revolução Brasileira*, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1968, p.111.

³⁰ Vide capítulo ?, seção ? deste trabalho.

³¹ Qual o tratado das Capitânias? Qual o Papa? Em que ano?

³² **STÉDILE, João Pedro.** *Latifúndio: O Pecado Agrário Brasileiro*, 2ª ed., São Paulo: MST, 2003.

³³ **FURTADO, Celso.** *Raízes do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁴ A Lei das Sesmarias (1375) foi incorporada às Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, sendo esta última vigente à época do 'descobrimento' europeu da América, encontrando-se regulada nos Livros IV e V – Título XVIII, desta última.

³⁵ Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850.

Transcorridos mais de cinco séculos, o latifúndio sofreu poucas transformações em sua essência. Permanece presente e forte em todos os rincões do Brasil. Revigorou-se e assumiu nova roupagem quando os golpistas de 64 outorgaram o Estatuto da Terra³⁶. Resistiu às investidas da constituinte, que marcou a redemocratização parcial do Estado brasileiro³⁷, bem como a edição da Lei Agrária³⁸, que disciplinou o capítulo constitucional referente à reforma agrária e a política agrícola e fundiária³⁹. No que diz respeito ao tema concentração fundiária, desde a sua fundação, o Brasil é referência mundial certificada pelo índice de Gini⁴⁰ da Organização das Nações Unidas (ONU).

A segunda característica da grande lavoura foi bastante combatida durante o período em que os pensadores desenvolvimentistas⁴¹ conduziram a economia brasileira. Mas veio o desmoronamento do muro de Berlim, cujos escombros atingiram os dois lados, esfacelando o “comunismo”, o Estado de bem-estar social e os projetos desenvolvimentistas latino-americanos. Deste entulho, ressuscitaram os profetas do liberalismo econômico e seus apóstolos, que passaram a perambular pela sociedade e a pregar um neoliberalismo que ignora o forte odor de idéias putrefeitas, como a ‘vocação natural’ da agricultura brasileira.

Foi com a famosa Carta⁴² de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manuel que tudo começou. No entanto, as companhias privilegiadas de comércio não tinham a intenção de plantar de tudo. Durante o Brasil colônia, a monocultura de exportação produziu açúcar, principalmente, mas também cultivou algodão, tabaco, cacau, arroz e o anil, este último por um breve período. O ‘exclusivo colonial’, que tinha nessas

³⁶ Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

³⁷ No Capítulo II deste trabalho, delinearemos algumas instituições da sociedade civil e os principais germes presentes no Estado brasileiro que o impedem de tornar-se sequer uma “democracia burguesa”.

³⁸ Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

³⁹ Título VII – Da ordem econômica e financeira, Capítulo III – Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária (artigos 184 a 191).

⁴⁰ Segundo os levantamentos da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o segundo país do mundo com maior concentração da propriedade da terra. Ou seja, esse paraíso dos latifundiários só perde para o Paraguai, que está em primeiro lugar. O índice de Gini aponta que o índice de concentração no Paraguai é de 0,880; no Brasil é de 0,856. No entanto, a aplicação desses cálculos para as diversas regiões e Estados brasileiros mostra que em 1995, no Estado do Maranhão, o índice de concentração de terras era de 0,903 ... **STÉDILE, João Pedro**. Ob. cit., p.42.

⁴¹ Celso Furtado e outros.

⁴² Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por casa das águas que tem! (Carta a El Rei D. Manuel, São Paulo: Dominus, 1963, in <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>)

companhias sua principal forma de exteriorização⁴³, drenou por cerca de três séculos toda a produção para a Metrópole.

Logicamente era impossível para a população local sobreviver apenas das migalhas da grande lavoura. Em que pese o fato dos produtos de exportação também serem consumidos internamente, mas em pequena escala, outras culturas foram introduzidas visando à manutenção do sistema monocultor. Porém, trataremos mais detalhadamente deste tema no tópico seguinte.

O que importa destacar é que a monocultura criou uma situação de dependência total da Metrópole, que recebia toda a produção de matérias-primas e gêneros alimentares, realizando por si ou em parceria com terceiros todas as atividades complementares ao processo agro-exportador, como o financiamento, o transporte e a comercialização por toda a Europa. Ao mesmo tempo, a monocultura exportadora deixava a mercê da Metrópole um mercado interno cativo e carente de absolutamente tudo o que Pero Vaz de Caminha imaginara poder produzir.

A cana-de-açúcar prosperou rapidamente como principal atividade agro-exportadora do período Colonial. **Entre os séculos XVI e meados do século XVIII** imperou absoluta e drenou para si todos os esforços produtivos existentes, até o esgotamento quase total dos recursos naturais e o surgimento de novos agentes concorrenciais no cenário internacional. A nova produção de açúcar surgida nas Índias Ocidentais contava com melhores técnicas de produção, solos ainda não empobrecidos pela monocultura insistente e situava-se geograficamente melhor para as exportações. Tudo isto, aliado as restrições do mercado Português durante o período de hegemonia do “Pacto Colonial”⁴⁴ e o deslocamento da prioridade econômica para a mineração, determinaram a gradual decadência da agricultura brasileira.

Mas este panorama se inverte na segunda metade do século XVIII. O considerável crescimento da população européia, o incremento das atividades econômicas em virtude da Revolução Industrial e a restauração de relações comerciais rompidas provocaram o alargamento dos mercados nacionais e a revalorização das matérias-primas e dos gêneros alimentares. Reflexo quase imediato disto foi o recrudescimento das disputas coloniais, principalmente as

⁴³ FAUTOS, Boris. Ob. cit., p.56.

⁴⁴ A política econômica do “Pacto Colonial” reservava o mercado nacional de cada país às produções de suas respectivas colônias, bem como o comércio à marinha de sua bandeira.

guerras napoleônicas, que repercutem nas colônias inglesas e francesas das Antilhas e favorecem a 'neutralidade' Portuguesa, estendida a sua colônia americana.

Todos estes fatos históricos favoreceram o renascimento da agricultura brasileira. A cana-de-açúcar volta a ser cultivada no Nordeste e estende-se ao Rio de Janeiro e São Paulo. O algodão torna-se a principal matéria-prima industrial durante o século XVIII e os fornecedores do Oriente não dão conta da demanda. Sua produção toma impulso no Brasil e o Maranhão é agregado como pólo produtor juntamente a Pernambuco e à Bahia, mas o declínio dos preços internacionais, verificado no início do século XIX, põe fim ao ciclo algodoeiro em terras brasileiras⁴⁵.

Essa decadência das culturas de exportação tradicionais (cana-de-açúcar, algodão e tabaco) conjugada ao deslocamento das atividades econômicas do Nordeste para o Centro-Sul do País são os prenúncios do ciclo de um novo produto: o café.

*... o que sobretudo favoreceu o Sul em contraste com o Norte, é que nele se aclimatou admiravelmente a cultura de um gênero que se tornaria no correr do séc XIX de particular importância comercial: o café. Apesar de sua relativa antigüidade no país (pois foi introduzido em 1727), a cultura do café não representa nada de apreciável até os primeiros anos do século passado. Disseminava-se largamente no país, do Pará a Santa Catarina, do litoral até o alto interior (Goiás); mas apesar desta larga área de difusão geográfica, o cafeeiro tem uma expressão mínima no balanço da economia brasileira.*⁴⁶

Ao final do século XVIII o café já era o principal alimento de luxo no Ocidente. Mas o Brasil só começa a participar de fato deste mercado no início do século XIX, após definitivamente esgotado o ciclo do ouro e as tentativas de renascimento da agricultura canavieira. Com a independência e o desenvolvimento do mercado interno estadunidense, este país torna-se o principal consumidor do café brasileiro, que é favorecido pela sua posição geográfica e pelo fato de que seus concorrentes

⁴⁵ As condições climáticas mais favoráveis, a melhor técnica, o aumento da produção norte-americana e sua maior proximidade geográfica do principal mercado comprador (Inglaterra) são os fatores determinantes para o aniquilamento quase completo da produção de algodão no Brasil, à exceção do Maranhão que resiste com exportações medíocres.

⁴⁶ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *História Econômica do Brasil*, 43ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p.159.

diretos estão sob os domínios inglês (Índias Ocidentais) e holandês (Java e Sumatra).

A cultura do café desenvolve-se rapidamente nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, estabelecendo-se neste último o primeiro grande cenário da lavoura cafeeira: o Vale do Rio Paraíba, onde encontra solos de qualidade excepcional, um relevo que protege as plantações dos ventos e regulariza as precipitações, e uma altitude (entre 300 e 900 metros) que conserva uma boa média de temperatura, embora em latitude tropical.

Este rápido progresso é tanto mais de admirar que o café, ao contrário da produção dos outros gêneros clássicos do Brasil, oferece particulares dificuldades. Em primeiro lugar, de natureza física: o café, em confronto com a cana-de-açúcar, é uma planta delicada. Os limites de temperatura dentro dos quais prospera favoravelmente são muito estreitos: 5 e 33°C. O cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e insolação excessivos. Requer doutro lado chuvas regulares e bem distribuídas, e é muito exigente com relação à qualidade do solo. Finalmente, ao contrário da cana-de-açúcar e também do algodão, é uma planta permanente e tem de atravessar por isso todas as estações e anos sucessivos sem substituição. Outra dificuldade da lavoura cafeeira é que a planta somente começa a produzir a cabo de 4 a 5 anos de crescimento; é um longo prazo de espera que exige pois maiores inversões de capital.⁴⁷

A proximidade do porto do Rio de Janeiro facilitava as exportações, operando-se também nesta cidade as atividades de financiamento e comercialização. Mas a exploração descuidada e extensiva ocasionou um rápido desmatamento na região do Vale do Paraíba, expondo os solos à impiedosa ação das intempéries. A erosão empobreceu esses solos e fez proliferar as pragas. A produção estagnou e depois decaiu progressivamente.

Abre-se então uma nova fronteira: o Oeste da Província de São Paulo, estendendo-se de Campinas a Ribeirão Preto. Sua topografia unida e ondulada é fisicamente distinta do Vale do Rio Paraíba, sujeitando os solos de “terra roxa” a uma ação menos devastadora dos agentes naturais, embora repetido o descuido com as plantações. O cultivo extensivo possibilita enormes ganhos em escala e a

⁴⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 43ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p.161.

riqueza é concentrada rapidamente graças à melhoria do sistema de transportes (ferrovias). A orientação do Oeste paulista para a capital da província viabiliza seu crescimento e desenvolvimento, bem como do porto de Santos.

A estrutura física das fazendas de café assemelhava-se em muito aos engenhos de açúcar. Compunha um *habitat* praticamente auto-suficiente e isolado do mundo exterior. Além das plantações contava com instalações para o beneficiamento do produto, tais como: os tanques de lavagem, os terreiros de secagem e os armazéns para o ensacamento e a estocagem do café; a residência do proprietário; a senzala dos escravos, posteriormente substituída pelas “colônias” de trabalhadores assalariados; e outras dependências como estrebarias, cocheiras e oficinas diversas.

O ciclo do café durou pouco mais de três quartos de século. Durante este período foi o produto primário em maior volume no comércio internacional (o Brasil chegou a representar mais de 70% da produção mundial), concentrando toda a riqueza do País. O golpe militar que derrubou o Império permitiu aos produtores de café somar o poder político ao econômico. A última das três grandes aristocracias do Brasil demonstrou-se hábil e, logo que pôde, descartou os marechais após um período de forte repressão, tomando para si o Poder. Mas durante toda a República Velha acentua-se a importância da grande lavoura, desta vez, totalmente orientada a produção do café.

*Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país; a exploração em larga escala, tipo ‘plantação’ (a plantation dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, ..., por trabalhadores assalariados. Contribuem para fazer este sistema de organização as mesmas circunstâncias assinaladas para as demais culturas brasileiras. Reforçam-se aliás agora, a tradição já formada no país e seu regime social; sem contar que o cafeeiro, sendo uma planta de produção retardada, exige para seu cultivo maior inversão de capitais. Torna-se assim ainda menos acessível ao pequeno proprietário e produtor modesto.*⁴⁸

⁴⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 43ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p.165/166.

O terceiro elemento da grande lavoura foi à verdadeira força motriz de todo o sistema colonial. Iniciou pela escravização do índio americano⁴⁹ e atravessou o Oceano Atlântico. Manteve-se após a independência política e sua abolição foi definitiva para o colapso do Brasil Império. Sucede-se a ela uma forma nova, que é a exploração intensiva do trabalhador assalariado rural e que ainda hoje resiste firmemente.

Retornando a fundação do Brasil, vemos que ao alcance de Portugal encontrava-se um mercado externo ávido pelas especiarias e uma Colônia abundante em terras incultas. A adição de mão-de-obra escrava numerosa era o elemento que faltava para o funcionamento perfeito da monocultura extensiva de exportação.

*Efetivamente, nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos dos Antigo Sistema Colonial, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia européia; do contrário, dada a abundância de um fato de produção (a terra), o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia da subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos.*⁵⁰

Mencionamos anteriormente, que os fatores motivadores da utilização do trabalho escravo foram à escassez de população e a resistência do trabalhador europeu em migrar para os trópicos a fim de labutar na extenuante lavoura. Soma-se a esses elementos a alta lucratividade do tráfico negreiro, responsável direto por maiores fortunas que a grande lavoura, haja vista os elevados ganhos comerciais obtidos por aqueles que praticaram o escambo com as tribos africanas que

⁴⁹ Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão-de-obra indígena, embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas. ... A função básica da indiada cativa foi, porém, a de mão-de-obra na produção de subsistência. Para isso eram caçados nos matos e engajados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios. **RIBEIRO, Darcy.** *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.98/99.

⁵⁰ **NOVAIS, Fernando Antonio.** *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (177-1808)*, 6ª ed., São Paulo, Hucitec, 1995, p.102.

escravizavam e vendiam seus inimigos aos traficantes europeus, bem como a posterior valorização desse fator de produção em decorrência da proibição do tráfico negreiro por parte da Inglaterra e a instituição forçada e gradativa de leis abolicionistas⁵¹.

*... na 'preferência' pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repitamo-la tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole; ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinha-se na colônia, com os colonos empenhados nesse 'gênero de vida'; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no fornecimento dessa 'mercadoria'. Esse talvez seja o segredo da melhor 'adaptação' do negro à lavoura ... escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.*⁵²

Mas o que realmente importa destacar neste momento é a forma como os trabalhos dos afro-brasileiros foram organizados e explorados⁵³. O elevado custo da importação deste verdadeiro fator de produção precisava ser amortizado rapidamente, de forma a viabilizar o empreendimento, justificar novas inversões e ampliar as exportações. A produção em larga escala efetivada em imensas extensões territoriais determinou a subordinação cruel de homens e mulheres, fossem eles crianças, adultos ou velhos, a uma jornada de trabalho desumana, sob implacável adversidade climática, desnutrição e castigos corporais.

⁵¹ Lei do Ventro Livre em 18??, Lei dos Sexagenários em 18??, etc.

⁵² **NOVAIS, Fernando Antonio.** *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (177-1808)*, 6ª ed., São Paulo, Hucitec, 1995, p.105.

⁵³ *O que essencialmente assinala as relações coloniais de trabalho resulta das condições e caráter em que o trabalhador é incluído na organização econômica da colonização, a saber, como simples força de trabalho, como instrumento vivo destinado a fornecer energia física necessária à realização dos objetivos mercantis da colonização.* **PRADO JÚNIOR, Caio.** *A Revolução Brasileira*, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1968, p.138.

A substituição integral e definitiva do trabalho escravo pelo livre foi o *termo final do processo de mercantilização dos bens e das relações econômicas*⁵⁸, fazendo com que todos os elementos estruturais do capitalismo fizessem-se presentes no Brasil. Os demais caracteres já eram essencialmente de natureza mercantil.

*... liberados dos constrangimentos impostos pelo regime servil, os mecanismos capitalistas já incluídos potencialmente na estrutura eminentemente mercantil da produção cafeeira, terão livre jogo, desde o recrutamento da mão-de-obra, que não dependerá mais da onerosa imobilização de consideráveis recursos na aquisição de custosos e escassos escravos, até a acumulação e rápida circulação de capitais assim liberados.*⁵⁹

Noutras regiões do País, porém, a abolição da escravatura combinada a fatores como a erosão, a seca e esgotamento do solo, levaram a bancarrota muitos engenhos do Nordeste e importante parcela dos cafeicultores do Vale do Rio Paraíba.

Dos séculos escravocratas e de todo tratamento desumano dispensado aos negros, o capitalismo brasileiro incorporou e aperfeiçoou o que existia de pior. Como veremos na **seção ???** deste capítulo, o sistema econômico atual foi o herdeiro dileto do baixo padrão de vida a que foram historicamente subordinados os trabalhadores rurais, sujeitos a exploração intensiva de sua mão-de-obra e a necessidade extenuante de alcançar os índices de produtividade pretendidos por seus empregadores.

1.3 - O setor tradicional:

O que tradicionalmente denomina-se 'agricultura de subsistência'⁶⁰ assumiu formas variadas no decorrer da história. No caso brasileiro esta assertiva confirma-

⁵⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1968, p.139.

⁵⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1968, p.140.

⁶⁰ Caio Prado Júnior utiliza o termo 'agricultura de subsistência' em sentido mais amplo que o convencionado pela ciência econômica contemporânea, que a qualifica como atividade agrícola cuja colheita não é destinada à comercialização e é desprovida de 'monetização'. Celso Furtado também utiliza o termo nesta amplitude, intercalando-o com 'agricultura itinerante', quando trata do pequeno produtor agrícola ou sitiante, ou então o substituindo por 'economia de subsistência' quando inclui a atividade pecuária.

se plenamente. Os invasores portugueses que desembarcaram na América encontraram diversos grupos indígenas de tronco tupi⁶¹ que praticavam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura⁶², sendo que esta última atividade incumbia as mulheres, não produzia excedentes e nem era objeto de comércio com outras aldeias.

O cultivo dos gêneros alimentares destinados ao consumo interno da colônia sempre guardou um caráter assessorio para os europeus. A economia de subsistência desenvolveu-se sob duas modalidades: a pecuária e a pequena produção agrícola, praticadas dentro das fazendas ou mediante a ocupação de terras não submetidas à empresa agro-mercantil.

*O único recurso com que conta essa economia decadente são as enormes disponibilidades de mão-de-obra desocupada e de terras virgens despovoadas e desprovidas de qualquer valor, que os mais abonados obtêm por concessão em enormes sesmarias e os mais pobres e imprevidentes apenas ocupam como posseiros. Com essa base se instala uma economia natural de subsistência, dado que sua produção não podia ser comercializada senão em limites mínimos. Difunde-se, desse modo, uma agricultura itinerante, a derrubar e queimar novas glebas de mata para cada roçado anual, combinada com uma exploração complementar das terras, das aguadas, das matas, através da caça, da pesca e da coleta de frutos e tubérculos. Sem nada vender, nada podiam comprar, voltando à vida autárquica de economia artesanal doméstica que satisfazia, nos níveis possíveis, às necessidades comprimidas a limites extremos.*⁶³

Assim, durante todo o período colonial a agricultura de subsistência inseriu-se também nos domínios da grande lavoura, entremeando-se as plantações das fazendas ou nos arredores dos engenhos, que se caracterizavam por sua autonomia alimentar. Estes cultivos eram de responsabilidade dos fazendeiros, mas muitas

⁶¹ **RIBEIRO, Darcy.** *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.31.

⁶² *Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas, como o caju, o pequi etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas.* **RIBEIRO, Darcy.** *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.32.

⁶³ **RIBEIRO, Darcy.** *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.383/384.

vezes incumbiam aos próprios escravos que dispunham de um dia da semana para cuidar do seu próprio sustento. Nas fazendas, o milho podia ser cultivado entre os algodoeiros e a mandioca juntamente com a cana-de-açúcar.

A pecuária⁶⁴ desenvolveu-se como atividade assessoria no Nordeste e passou a ser praticada com vantagens no Sul do Brasil, quando os solos daquela região empobreceram e a vegetação tornou-se escassa. Outra importante função desempenhada com vantagens por esta atividade era estabilizar o conjunto das atividades econômicas, absorvendo sempre que necessário à mão-de-obra e a capacidade empresarial ociosas.

*O grande domínio pecuário que reduz seus contatos com o exterior, limitando-os muitas vezes à venda de couros e à compra de umas poucas coisas essenciais, tende a diversificar-se internamente, incorporando lavouras de subsistência e atividades artesanais. Esse tipo de formação social, em que as atividades comerciais se reduzem a um mínimo, contrasta com a empresa agrícola agro-mercantil de que se originou. Esse contraste, entretanto, é mais aparente que real, porquanto numa e noutra se manifesta o mesmo perfil de estratificação social e extrema concentração da riqueza, da renda e do poder. Assim, se nas zonas pecuárias o estilo de vida do trabalhador ou 'morador' se assemelha ao das economias de subsistência, não se pode dizer o mesmo da forma de viver do proprietário das terras, o qual se apropria da reduzida renda monetizada e mantém-se em contato com o exterior.*⁶⁵

Gradativamente, a agricultura de subsistência foi ganhando território e passou a ser cultivada cada vez mais próxima das aglomerações urbanas, com o objetivo de prover-lhes o abastecimento. Mesmo assim, em diversas oportunidades algumas fazendas e principalmente as maiores cidades viveram o drama da carestia.

⁶⁴ A pecuária surge fundamentalmente para satisfazer a demanda de carne e de animais de tração e carga criada tanto pela empresa agro-mercantil quanto pela exploração mineira. Essa demanda era considerável, pois as bestas de tração e transporte constituíam uma fonte de energia muito mais barata que o homem escravo, devendo substituí-lo sempre que possível. Mais barata e mais eficaz, pois o uso de animais permitia reduzir consideravelmente o tempo requerido para transportar lenha para os engenhos e carga para os portos. Dada a abundância de terras, a pecuária apoiava-se num mecanismo de acumulação natural, graças ao qual intensificou-se o processo de ocupação e povoamento do território. **FURTADO, Celso.** *Análise do Modelo Brasileiro*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.95/96.

⁶⁵ **FURTADO, Celso.** *Análise do Modelo Brasileiro*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.96/97.

Por seu papel secundário na economia colonial, os grandes centros urbanos sujeitavam-se aos excedentes provenientes do campo e a atratividade das exportações que freqüentemente alijavam-nos dos gêneros alimentares. O desabastecimento assombrava até mesmo a capital. Foi à transferência temporária da Coroa Portuguesa para o Brasil que alterou este quadro, que se consolida graças ao crescimento do comércio, o surgimento das primeiras manufaturas e o incremento populacional urbano.

Do Brasil Colônia à República Velha, a agricultura de subsistência teve importância inversamente proporcional a grande lavoura, muito embora àquela fosse imprescindível à manutenção desta. Este aspecto foi ignorado ou era pouco compreendido pelas classes que gerenciavam a produção e o comércio coloniais⁶⁶. Algumas culturas de subsistência como: o arroz, a mandioca, o milho e até a aguardente; foram muitas vezes destinadas à exportação sem qualquer preocupação com o desabastecimento do mercado interno.

*Há naturalmente entre estes setores um terreno comum. Todos os produtos da grande lavoura – açúcar, algodão, tabaco e os demais – se consomem igualmente no país; e neste sentido, portanto, são também de subsistência. Da mesma forma, certos produtos que entram nesta última categoria se exportam, embora em pequenas quantidades e quase sempre ocasionalmente apenas. Seriam pois também de exportação. Mas a proporção é de tal modo favorável, no primeiro caso à exportação, no segundo ao consumo interno, que não a considerar a natureza econômica intrínseca de uma e outra categoria de atividade produtiva: o fundamento, o objetivo primário, a razão de ser respectiva de cada uma delas.*⁶⁷

Estes ligeiros lampejos de semelhança não confundem sob hipótese alguma a índole destas duas formas de produção agrícola. Suas diferenças são muito mais

⁶⁶ Desde longa data, a legislação da colônia se preocupava com o mal e tentara obstá-lo. O alvará de 25 de fevereiro de 1688 mandava que os lavradores de cana plantassem pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço: o de 27 de fevereiro de 1707, que os donos de embarcações ocupadas no tráfico africano tivessem roças próprias para plantar mandioca, suficiente para suas tripulações e para os escravos transportados. Ambas as leis foram reforçadas pela Previsão Régia de 28 de abril de 1767. Mais tarde, começou-se a incluir nas sesmarias concedidas a cláusula de plantar um certo número de covas desde o primeiro ano da ocupação. Outra disposição legal mandava que ninguém pudesse ser lavrador de cana sem ter para mais de 7 escravos próprios. **PRADO JUNIOR, Caio.** *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1999, p.163/164.

⁶⁷ **PRADO JUNIOR, Caio.** *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1999, p.157.

marcantes que qualquer aproximação fenomênica e eventual, muito embora ambas tenham desempenhado papéis complementares na formação econômica do Brasil e revelem neste aspecto um falso dualismo⁶⁸.

Aos cultivos de subsistência sempre foram reservados os solos inferiores ou cansados. Quando próximos aos centros urbanos eram praticados por pequenos produtores autônomos, que ocupavam a terra a margem de qualquer previsão legal. Outra possibilidade era esses pequenos produtores agregarem-se as grandes propriedades rurais, mais distantes das cidades e que determinavam os cultivos destes produtores satélites. Destas células de produção agrícola sairão as duas espécies de camponeses brasileiros mais aviltadas pelas classes dominantes no decorrer dos séculos XIX e XX: o posseiro e o agregado.

Desde a fundação do Brasil, o atraso tecnológico foi o único ponto de contato quase permanente entre os dois modos de organizar a produção rural. Seus efeitos catastróficos fizeram-se sentir em diversas ocasiões, chegando a atuar como concausa de algumas das mais significativas crises agrícolas da nossa história econômica, como a que determinou o colapso do ciclo da cana-de-açúcar. Como analisaremos mais adiante, o advento da ‘modernização conservadora’ significou não apenas o rompimento desse ponto de tangência, como também a subordinação definitiva da agricultura à indústria e as finanças.

Por fim, cumpre ressaltar uma outra interessante função histórica desempenhada pela agricultura itinerante, implementada em razão das dificuldades legais impostas ao acesso à propriedade da terra, acabou proporcionando a apropriação de excedentes pela via estrutural, facilmente observada no processo que se convencionou denominar expansão da ‘fronteira agrícola’.

Assim, tanto na abertura de fronteiras ‘externas’ como ‘internas’, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de ‘subsistência’; nesse processo ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de

⁶⁸ No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por um lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia. **OLIVEIRA, Francisco de.** *Crítica à Razão Dualista*, São Paulo: Boitempo, 2003, p.32.

*pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de 'trabalho morto', de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade.*⁶⁹

Se, por um lado, a grande lavoura sempre foi contemplada com grandes volumes de capitais, que serviram para a constituição da empresa agrícola-comercial, por outro lado, a agricultura de subsistência iniciou suas atividades com o objetivo precípua de sustentar os braços que moviam a grande produção de exportação. Esse caráter meramente acessório foi sendo gradativamente deixado de lado na medida em que a população urbana e as relações comerciais expandiam-se, ganhando maior relevância econômica a partir da Revolução de 1930, quando o processo de industrialização da economia passou a ser intensamente promovido pelo Estado.

1.4 - A modernização conservadora e a subordinação do campesinato:

O processo de industrialização da economia brasileira⁷⁰ foi iniciado durante a Era Vargas, prosseguiu por sucessivos governos populistas e avançou incontestemente após o golpe militar de 1964. O novo bloco histórico⁷¹, que sucedeu a oligarquia cafeeira na condução da política nacional, transformou a estrutura produtiva do País ao subordinar definitivamente a agricultura à indústria e ao setor financeiro, aperfeiçoando ou criando novas formas de expropriação da população camponesa e dos trabalhadores rurais.

⁶⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista*, São Paulo: Boitempo, 2003, p.43.

⁷⁰ Não analisamos todos os aspectos do processo de industrialização brasileira porque a presente pesquisa concentra suas atenções no setor agrícola, sem desprezar obviamente suas relações com os outros setores da economia.

⁷¹ Cyro Rezende

Respaldados no ‘diagnóstico’ de que os esforços para a industrialização urbana entravaram o desenvolvimento da agricultura, mas também preocupados com a estagnação das exportações e seus reflexos no balanço de pagamentos⁷², os militares golpistas pós-64 implementaram uma política de incentivos ao setor agropecuário que favoreceu, sobretudo, os grandes produtores das regiões Sul-Sudeste. É neste momento, que se inicia um progressivo descolamento entre os padrões tecnológicos dos pequenos e dos grandes produtores rurais, graças à ‘industrialização da agricultura’⁷³.

A política agrícola articulada pelos golpistas pós-64 permitiu o acesso privilegiado dos grandes produtores rurais às tecnologias modernas, que passaram a ser importadas e, logo depois, produzidas no Brasil. O principal destes mecanismos de favorecimento foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)⁷⁴, que subsidiou os grandes produtores até o início dos anos 80 do século passado, por meio de créditos ‘remunerados’ a taxas de juros fixas e reduzidas⁷⁵.

Essa ‘Revolução Verde’⁷⁶ foi marcada pela larga utilização dos insumos agrícolas modernos (mecanização e quimificação)⁷⁷, visando à ampliação da produção de matérias-primas e de gêneros alimentares⁷⁸. Novas culturas (soja,

⁷² a pregação modernizante da agricultura com o intuito de aumento da produção (e da produtividade), respondendo aos estímulos e às necessidades internas de abastecimento e de excedentes exportáveis, ou simplesmente de produtos exportáveis, ganha novo reforço, a partir da necessidade de equilíbrio da balança comercial. A este aliado deve-se acrescentar outro: a escalada dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional no período de 1968-73 e que, apesar da queda dos anos 74-75, apresentava boas perspectivas de negócios para o restante da década. **GOLÇALVES NETO, Wenceslau.** *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*, São Paulo, Hucitec, 1997, p.86.

⁷³ A ‘industrialização da agricultura’ caracteriza-se pela passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação dessas mesmas condições, quando ausentes. **SILVA, José Graziano da.** *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.126.

⁷⁴ Lei ??????.

⁷⁵ O desgaste inflacionário causado as taxas de juros nominais propiciou o crédito a ‘juros negativos’!

⁷⁶ Sob o novo projeto, a modernização das áreas rurais aparece como imperativa. Ele contribuirá para a especialização regional e para a introdução de novos modelos de consumo que possibilitarão a difusão ou a expansão de uma economia monetária. A necessidade de capital será aprofundada juntamente com uma tendência para o assalariamento e com uma diminuição da mão-de-obra rural. A ‘Revolução Verde’ ... implicou a formação ou consolidação de uma burguesia agrária e na proletarianização de camponeses. **SANTOS, Milton.** *Economia Espacial – Críticas e Alternativas*, São Paulo: USP, 2003, p.30/31.

⁷⁷ Entre 1967 e 1975 a utilização de fertilizantes cresceu quase seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e de tratores quase três vezes.

⁷⁸ os autores colocam que as exportações e a produção de alimentos tornaram-se o principal dilema da política agrícola, o qual precisa ser superado para que não surjam dificuldades suplementares ao processo de desenvolvimento do país. Para o setor exportador, sugerem que o Brasil necessita transformar-se em um produtor ‘maduro’, capaz de suportar oscilações na demanda e nos preços internacionais, como a ocorrida nos anos 74/75, sem a desarticulação da capacidade produtiva, para o que propõem: a diversificação dos produtos exportados; redução das intervenções no mercado

laranja, v.g.) destinadas à exportação ou ao setor secundário, substituíram ou somaram-se às antigas (café, milho, cana-de-açúcar) e muitas vezes retornavam ao meio rural na qualidade de produtos urbano-industriais de consumo. Este fato também contribuiu para a gradual extinção da indústria doméstica, uma vez que cresceu a oferta de mercadorias industrializadas de baixo custo e melhor qualidade, ao passo que os camponeses eram compelidos a intensificar os cultivos tradicionais (arroz, feijão, mandioca, v.g.), a fim de cobrir as perdas decorrentes do baixo tabelamento dos seus produtos.

A manipulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi outro importante instrumento que incentivou os cultivos agro-exportadores em detrimento das culturas tradicionais. Com isto, conteve-se o processo inflacionário concomitantemente ao aperfeiçoamento dos mecanismos de espoliação dos camponeses, verdadeiros ‘assalariados disfarçados’ na concepção de Caio Prado Júnior⁷⁹.

A ‘modernização conservadora’ acarretou a ampliação da exploração extensiva e intensiva da agricultura brasileira, fazendo com que as áreas cultivadas e a produtividade do setor agrícola fossem enormemente incrementadas. Mas o privilegiamento dos cultivos agro-exportadores fez prolongar o problema do desabastecimento interno, desamparando os pequenos produtores que se viram pressionados por todos os lados. Os efeitos desta política agrícola foram o aumento da concentração fundiária, o crescimento do trabalho assalariado (principalmente dos jornaleiros), a queda do nível de renda da população rural e a ampliação das desigualdades regionais.

No caso brasileiro, fica mais ou menos claro por que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

(para proteção do mercado interno); ampliação da possibilidade de exportação de bens in natura; e aumento da possibilidade de financiar e estocar excedentes de produção. Para o setor doméstico, a longo prazo, somente pesquisa e industrialização podem resolver o problema. No curto prazo, o caminho é o aumento dos preços pagos aos produtores e a redução do risco da atividade, sobretudo por meio de seguros e dinamização da comercialização. **GOLÇALVES NETO, Wenceslau.** *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*, São Paulo, Hucitec, 1997, p.88/89.

⁷⁹ **PRADO JÚNIOR, Caio.** *A Revolução Brasileira*, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1968, p.??.

Dada a persistência de um padrão de distribuição da renda altamente concentrada no setor urbano, a maior parte da população desse setor se caracteriza por possuir um baixo poder aquisitivo. Assim, o estímulo que o crescimento urbano-industrial deveria proporcionar às áreas rurais através do mecanismo de preços (aumento da demanda => aumento do preço => aumento da oferta) não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos: o preço desses gêneros não pode subir sem que se elevem os níveis reais dos salários mais baixos, fonte de renda da grande maioria da população urbana.

Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado. Essa dispersão da produção em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final.

Dessa maneira, a distribuição regressiva da renda (do lado da demanda) e a estrutura de posse da terra conjugada à estrutura de intermediação (do lado da oferta) provêem condições para que o comportamento dos preços deixe de ser um estímulo aos produtores, via modernização das unidades de produção e/ou incorporação de nova tecnologia, para ser, ao contrário, um estímulo à manutenção (e mesmo à proliferação) de formas pré-capitalistas para atender o aumento da demanda de alimentos do setor urbano, decorrente do processo de urbanização.⁸⁰

A modernização da agricultura foi apresentada como uma solução mágica, uma vez que o aumento da produtividade supostamente seria acompanhado da melhoria da renda no campo, face o pagamento de melhores salários aos trabalhadores rurais. No entanto, a realidade demonstrou-se profundamente cruel e caminhou no sentido inverso da profecia. O decréscimo do nível de renda do proletariado agrícola foi o resultado direto da substituição dos trabalhadores permanentes pelos volantes e do aumento da sazonalidade dos empregos rurais.

⁸⁰ **SILVA, José Graziano da.** *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.30/31.

Isso também repercutiu sobre a população camponesa, obrigada a vender sua força de trabalho como meio de complementação da renda, deteriorada em função dos baixos preços pagos aos cultivos tradicionais. A manutenção desta situação acabou por aprofundar, sem qualquer contradição, a subordinação de relações pré-capitalistas ao sistema capitalista hegemônico.

A ‘modernização conservadora’ deriva justamente desse processo tardio de industrialização da economia, aliando o grande capital ao latifúndio com o aval do Estado. O caminho para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro foi à via prussiana⁸¹, que longe de representar uma suposta debilidade das relações de produção capitalistas no meio rural, conduziu a subordinação total das relações pré-capitalistas ao modo de produção dominante.

Essa ‘debilidade’ das transformações capitalistas na agricultura brasileira não deve ser entendida no sentido de que o modo de produção capitalista não seria dominante, ou coisa que o valha. Ao contrário, estamos entendendo essa ‘debilidade’ como uma forma específica de dominação da agricultura, onde é marcante a presença do capital comercial e usurário. Assim apenas numa minoria de casos – identificáveis em certos produtos e em determinadas regiões – é possível constatar a presença das formas capitalistas clássicas ao nível do processo produtivo; isto é, de grandes empresas agrícolas operando à base de trabalho assalariado sobre uma base técnica avançada, e nas quais a extração do trabalho excedente se revela como extração de mais-valia diretamente ao nível do processo produtivo⁸².

Na grande maioria dos casos, as pequenas unidades camponesas trabalhadas pela família, com a ‘ajuda’ de trabalhadores contratados em épocas determinadas, apresentam um nível muito baixo de tecnificação e interação com o mercado mediante a compra de insumos e a venda de excedentes. Por não estarem isolados e não serem auto-suficientes, esses camponeses vinculam-se ao capital comercial, materializando, neste momento, as formas concretas de extração do excedente ou sobre-trabalho.

⁸¹ Lenin.

⁸² **SILVA, José Graziano da.** *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.127.

O agregado, o posseiro, o meeiro, o parceiro, o pequeno produtor, o sitiante, entre outras modalidades camponesas, são trabalhadores para o capital e lavram a terra produzindo gêneros agrícolas ou matérias-primas com base no trabalho familiar excedente. Assim, constituiu-se o mercado de trabalho no Brasil, subordinando os assalariados diretos e indiretos à empresa agro-exportadora ou ao capital comercial.

Embora as situações concretas mostrem uma grande complexidade e multiplicidade de formas de pequenos produtores, ou camponeses como os estamos denominando, é possível unificá-los numa mesma categoria de análise na medida em que dispõem de condições insuficientes – terra ou instrumentos de trabalho – para reproduzir a sua unidade familiar. Isso acarreta um outro elemento comum à grande maioria desses pequenos produtores, que é a necessidade de recorrer ao assalariamento temporário, a fim de garantir a reprodução de sua unidade produtiva.⁸³

De qualquer forma, a produção camponesa no Brasil encontra-se subordinada ao capital sob diferentes formas, que atua como o principal comprador ou fornecedor de mercadorias e pode, inclusive, em determinadas épocas do ano comprar diretamente a força de trabalho de alguns membros dessas unidades familiares. Seja como for, a esmagadora maioria dos camponeses brasileiros não goza daquela autonomia descrita por Chayanov⁸⁴ e simplesmente transportada para a realidade nacional por alguns autores⁸⁵. Como buscamos demonstrar nas seções anteriores, nosso campesinato jamais foi independente ou permaneceu incólume às influências do capital, não tendo constituído em momento algum um novo ‘modo de produção’ ou uma ‘nova sociedade’.

... não se considera a pequena produção como um ‘modo de produção camponês’, seja este um modo de produção secundário, articulado ou subordinado ao modo de produção capitalista dominante. Esse tipo de análise, em nosso entender, leva a um uso tão restrito do conceito de modo de produção que faz com que se esvaziem o seu conteúdo explicativo e o seu significado teórico mais geral. Assim, essas abordagens acabam ou por

⁸³ **SILVA, José Graziano da.** *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.129.

⁸⁴ **CHAYANOV**

⁸⁵ **CARVALHO, Horácio Martis.** ?????????????????????????????????

*ressaltar uma lógica própria e, em certo sentido, independente da pequena produção 'à la chayanov', que a noção de subsunção ao capital fica esvaziada; ou por pinçar elementos de uma pretensa combinação de 'modos de produção puros' para a explicação de toda e qualquer formação econômico-social específica e historicamente determinada.*⁸⁶

Jamais será demasiado afirmar que, entre nós, a pequena produção camponesa não representa um resquício de modos de produção anteriores, tendente a inevitável extinção. Esta idéia é parte integrante daquele falso dualismo que concebeu a 'menina dos olhos' e o 'patinho feio' como personagens da agricultura brasileira. A constatação que o campesinato constituiu-se historicamente enquanto classe social de nossa sociedade, reproduzindo-se materialmente dentro da dinâmica do sistema capitalista, não acarreta a negação da proposição teórica formulada por Karl Marx e Friedrich Engels.

*Em outras palavras, a 'reprodução camponesa' não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses. Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é, pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um 'novo camponês' que nada mais é do que trabalhador para o capital.*⁸⁷

Se utilizarmos estritamente os conceitos de 'proletarização' e 'campesinato', toda a exposição anterior ficará esvaziada de significado. O próprio Lenin apontou para a lenta inserção do capitalismo na agricultura e sob formas especialmente diferentes⁸⁸. Os camponeses criados e recriados sob o capitalismo hegemônico auxiliam decisivamente no processo de reprodução do capital, uma vez que sua sobrevivência torna-se cada vez mais dependente do uso de máquinas, adubos,

⁸⁶ **SILVA, José Graziano da.** *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.130.

⁸⁷ **SILVA, José Graziano da.** *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.131.

⁸⁸ **que obra de Lenin?**

sementes melhoradas, o que em síntese, significa a subsunção direta do trabalho ao capital.

Posto isto tudo, o que observamos é que a ‘modernização conservadora’ auxiliou não apenas a manutenção da estrutura fundiária e a continuação de um modelo econômico voltado para fora, mas manteve a estrutura de classes anterior ao aperfeiçoar ou aprofundar a exploração da população camponesa e dos trabalhadores rurais, seja pelo processo de ‘descampanização’ e a conseqüente expropriação de fato, seja pela ‘tecnificação’ das unidades produtivas, em que o camponês permanece formalmente proprietário dos meios de produção.

1.5 - A inserção do cooperativismo na economia agrícola brasileira:

Existem diversos relatos sobre o surgimento das primeiras cooperativas no Brasil, que teriam sido constituídas nos espaços urbanos como mecanismo de combate ao habitual problema da carestia de gêneros de primeira necessidade. Depois da Revolução de 1930, ao perceber o potencial político-reformista do ‘movimento cooperativo’, o Estado engaja-se ativamente e passa a promover esta proposta visando amainar as recorrentes crises de abastecimento nas grandes cidades.

As origens do cooperativismo agrícola no Brasil se encontram vinculadas à problemática do abastecimento, problemática esta que assume contornos de crise a partir das últimas décadas do século XIX, com o crescimento dos centros urbano-industriais. O cooperativismo surgiu como uma alternativa a esta situação, proposta inicialmente por grupos de produtores mercantis e a partir da década de 30, incorporado e incentivado pelo Estado.⁸⁹

No espaço rural, a primazia foi das cooperativas agrícolas de laticínios, que criaram canais alternativos para a comercialização dos produtos de abastecimento. Nelas, diversos pequenos produtores uniam esforços na tentativa de criar vias alternativas aos sistemas de comercialização existentes e que eram controlados por

⁸⁹ **FLEURY, Maria Tereza Leme.** *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo do Brasil*, São Paulo: Global, 1983, p.50/51.

‘intermediários’. Visando aumentar a produção de alimentos e de matérias-primas, o Estado passa a incentivar o cooperativismo agrícola, que também poderia ampliar as relações de diversas unidades produtoras com o mercado. As intenções reformistas da política estatal para o setor foram auxiliadas por meio das intervenções do Estado na economia, mas sem apontar em qualquer momento com a intenção de alterar a concentração fundiária secular.

Entre os anos de 1935 e 1975 o número oficial de cooperativas no Brasil expande espantosamente⁹⁰. Muitas delas existiam apenas formalmente, não tendo sido implantadas de fato, enquanto que outras deixaram de operar porque não correspondiam as necessidades de fato dos produtores. Assim ocorreu com as cooperativas de cafeicultores e de produtores de mandioca, ante a existência de canais de comercialização muito bem estruturados para aquelas e o baixo nível dos investimentos exigidos para estas últimas.

As cooperativas que mais progrediram foram as de crédito, as de consumo e as mistas, principalmente aquelas que forneciam produtos de abastecimento e que graças às intervenções do Estado na economia tiveram a vida facilitada. Nesta primeira etapa, o cooperativismo apresentou sua face reformista e serviu a propósitos eminentemente políticos, que buscavam postergar ou evitar as demandas organizadas da classe trabalhadora rural⁹¹, principalmente em torno da questão fundiária.

O propósito reformista foi ‘requeitado’ pelos golpistas pós-64 quando da edição da Lei n.º 5.476/71, que trataremos no próximo capítulo, mas as repercussões econômicas foram as mais representativas no setor agrícola. Isto porque, a ‘modernização conservadora’ da agricultura foi acompanhada da produção em larga escala de novas tecnologias, que necessitavam da garantia de um mercado consumidor consistente e com acesso ao crédito, para se tornarem viáveis economicamente. Neste sentido, as cooperativas agrícolas atraíam os pequenos produtores rurais e integravam-nos ao mercado como fornecedores de gêneros alimentares e matérias-primas a preços tabelados, enquanto que os custos dos

⁹⁰ De apenas 15 cooperativas contabilizadas em 1935, o número sobe para 643 em 1945 e chega a 1247 em 1960, refluindo para 1163 em 1975.

⁹¹ **FONSECA, Pedro César Dutra.** *Vargas: o capitalismo em construção*, São Paulo: Brasiliense, 1999.

insumos e dos equipamentos agrícolas elevavam-se constantemente⁹². Este processo aponta a reprodução do sistema capitalista por parte dessas cooperativas que se tornaram fundamentais a total subordinação da agricultura à indústria e ao setor financeiro⁹³.

No entanto, a visão que prevalece na literatura nacional sobre o cooperativismo é uma percepção apologética da sua função, supostamente descolada de toda estrutura econômica e capaz de desempenhar a transformação da sociedade apenas por seus aspectos sociais⁹⁴, como se realmente possuísse “uma especificidade própria, que a distingue da empresa privada, especificidade esta gerada por seu objetivo e por seu modelo organizacional e que propiciaria assim as condições necessárias para que os produtores a ela associados se articulassem de forma a realizar seus objetivos individuais”.⁹⁵

Nas seções anteriores demonstramos exaustivamente que a pequena produção na agricultura brasileira desenvolveu-se subordinada ao proprietário fundiário e ao capital comercial. A ‘modernização conservadora’ veio inaugurar uma nova etapa neste processo, em que o campesinato fica a total mercê da indústria e do setor financeiro, ao passo que o cooperativismo agrícola renova as formas de apropriação do sobre-trabalho das unidades produtivas familiares.

A análise do funcionamento do cooperativismo agrícola brasileiro, ... sugere, desde uma perspectiva macro, o confronto do sistema com dois dilemas de fundamental importância e de difícil resolução a partir da dinâmica

⁹² LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e Reprodução Camponesa, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.145.

⁹³ No Brasil, os estudos pioneiros sobre o cooperativismo atribuíam-lhe um potencial reformista, desmistificado por algumas pesquisas realizadas no decorrer da década de 70 do século passado, quando se demonstrou que os ditames da acumulação capitalista influenciam fortemente as cooperativas, que acabam por reproduzir ou reforçar as características da formação social em que se encontram inseridas.

⁹⁴ A estratégia cooperativista é proposta como um instrumento de mudança social capaz de assegurar a harmonização das dimensões econômica, social e cultural do processo de desenvolvimento, independentemente das condições estruturais concretas às quais se sobrepõe a ação cooperativa nas sociedades periféricas. Em outras palavras, credita-se o sistema cooperativista com uma capacidade autônoma de reverter tendências estruturais (arraigadas na herança colonial e num complexo sistema de relações de dependência com as economias centrais), em favor de amplos segmentos da população à margem dos benefícios do progresso técnico e econômico alcançado nestas sociedades. SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.12.

⁹⁵ FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo do Brasil*, São Paulo: Global, 1983, p.33.

*própria do movimento. De um lado, ele tende a tirar partido e a se ajustar às condições estruturais quando estas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. De outro lado, este mesmo sistema cooperativista revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apóia, isto é, uma atuação que responda satisfatoriamente aos interesses e necessidades básicas da grande massa de produtores rurais, desprovidos dos meios que lhe assegurariam uma participação significativa nas atividades e benefícios decorrentes da ação cooperativa proposta.*⁹⁶

Essa capturação dos excedentes deu-se por meio do financiamento dos insumos e máquinas agrícolas, da oferta de assistência técnica, pela adoção forçada de novos padrões técnicos ou mediante o estabelecimento do mercado monopsônico da matéria-prima (fumo, v.g.). O cooperativismo inicia-se na região centro-sul do País, ante a proximidade dos mercados consumidores urbanos mais relevantes e a concentração da indústria fornecedora de equipamentos e insumos, espalhando-se por outras regiões⁹⁷ conforme a ampliação da fronteira agrícola.

Muito embora o cooperativismo tenha surgido amparado nos princípios da ajuda mútua, do controle democrático, entre outros, a evolução histórica deste empreendimento e sua inserção na economia agrícola brasileira não se deu à margem dos problemas iminentes à formação social em que se inseriu. Situado no conjunto dos desequilíbrios estruturais de nosso modelo econômico, o cooperativismo agrícola ajustou-se à dinâmica do processo de concentração do capital e, neste sentido, veio auxiliar os mecanismos de subordinação do setor agrícola ao modelo de acumulação centrado no setor urbano-industrial⁹⁸.

⁹⁶ **SCHNEIDER, João Elmo.** O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.31/32.

⁹⁷ *Excetuando-se certos rincões do planeta, a diferenciação do espaço agrícola devida às virtualidades naturais e às técnicas utilizadas pelos grupos humanos é um dado que pertence atualmente à história.* **SANTOS, Milton.** *Economia Espacial – Críticas e Alternativas*, São Paulo: USP, 2003, p.139.

⁹⁸ *Se a cidade tem sempre um poder de atração sobre o excedente engendrado no conjunto do território, ela não o faz por conta própria, nem para o reter, mas funciona antes como um ponto de retransmissão do sistema econômico e financeiro mundial.* **SANTOS, Milton.** *Economia Espacial – Críticas e Alternativas*, São Paulo: USP, 2003, p.149.

Neste sentido, podemos afirmar que existe uma série de pressupostos inerentes às condições estruturais da economia agrícola brasileira que regem o funcionamento das cooperativas e orientam suas características no sentido oposto ao conjunto de princípios normativos que integram a 'doutrina' cooperativista.

Os imperativos do mercado compeliram as cooperativas agrícolas a utilizarem os mesmos métodos operacionais (padronização dos produtos e sistema de vendas em consignação, *v.g.*) e organizacionais (contratação de administradores e empregados assalariados, *v.g.*) de suas concorrentes comerciais. Na medida em que se expandiram como empresas plenamente inseridas numa economia capitalista hostil, descaracterizaram-se enquanto cooperativas e substituíram àqueles princípios originários pela lógica meramente mercantil.

Um interessante exemplo disso é a inexpressiva aplicabilidade do princípio do controle democrático e da participação efetiva dos sócios nestas cooperativas, em razão da burocratização administrativa e da expansão ilimitada do quadro societário, que somadas ao baixo nível de instrução característico do campo brasileiro acabaram contribuindo para a ampliação dos obstáculos a participação consciente dos sócios. Com isto, a racionalidade típica dos empreendimentos capitalistas sobrepõe-se aos princípios associativistas originais e transforma os produtores cooperados em meros clientes de serviços.

Para João Elmo Schneider⁹⁹ existem três fatores que, isoladamente ou em conjunto, impulsionam as cooperativas agrícolas a reproduzirem ou reforçarem a estrutura econômica capitalista. Primeiramente, o fato de serem praticamente inacessíveis a grande maioria dos trabalhadores rurais existentes no País e terem pequena significação para importante parcela da população camponesa.

Em segundo, o fato de que normalmente um grupo minoritário de produtores ricos domina os demais cooperados por meio de sua influência política e do poder econômico. Esse pequeno grupo passa a revezar-se nos cargos administrativos da empresa e ditam os rumos da sua interação com o mercado. A elevada burocracia, o baixo nível de instrução escolar dos pequenos produtores e a rápida expansão da cooperativa contribuem decisivamente para que a ocorra à subordinação. Combinados, todos estes elementos fazem com que os pequenos cooperados

⁹⁹ **SCHNEIDER, João Elmo.** O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, *in* LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.34/35.

sintam-se desestimulados a participação efetiva e a não crer mais no controle democrático da cooperativa pelos sócios.

Por fim, a distribuição desproporcional dos serviços realizada pela cooperativa, que privilegia os maiores produtores em detrimento dos pequenos, mediante o emprego de diversas estratégias, que analisaremos de forma mais detalhada no próximo tópico.

Diante do processo de acumulação capitalista, a cooperativa apresenta-se como um empreendimento econômico capaz de atenuar a descapitalização dos grandes produtores rurais, permitindo-lhes ampliar a retenção de sua parcela no preço final dos produtos. No valor dos produtos que as cooperativas agrícolas lançam no mercado estão incorporados o sobre-trabalho familiar camponês e a mais-valia dos operários da cooperativa.

A grande maioria das cooperativas bem sucedidas consolidou-se como empresas comerciais perfeitamente ajustadas ao mercado, desmistificando as possibilidades transformadoras do 'movimento cooperativo', que poderia supostamente apresentar-se como o agente propulsor de um desenvolvimento sócio-econômico alternativo.

... a cooperativa não elimina nem suaviza a situação de descapitalização ou expropriação sofrida pelo produtor camponês, mas a mantém. De um lado, ela afasta os chamados comerciantes intermediários, que podem intensificar aquela expropriação. Mas, de outro, ela não só vende os produtos dos cooperados ao mesmo preço vigente no mercado (isto é, sujeito ao tabelamento e restrições da política econômica que subordina o campo, especialmente seus trabalhadores, ao capital industrial e financeiro) mas inclusive extrai pesadas taxas dos cooperados. São exatamente estas taxas que respondem pelo sucesso da cooperativa enquanto empresa capitalista.¹⁰⁰

Ao inserir-se na economia agrícola capitalista brasileira, a cooperativa passa a atuar como um eficiente instrumento de subordinação dos agricultores camponeses ao capital sem, no entanto, destruí-los. Desta forma, viabiliza-se a expropriação do campesinato por vias indiretas, mediante a inserção dos

¹⁰⁰ LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e Reprodução Camponesa, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.145.

cooperados no mercado que passam a vender seus produtos ao mesmo preço vigente no mercado, subordinando o campo ao capital industrial e financeiro.

A imposição de pesadas taxas aos cooperados, a intermediação para a aquisição de insumos e financiamentos garantem confortáveis fontes de acumulação as cooperativas, que mantêm os sócios camponeses gerando mercadorias agrícolas por meio da garantia de compra de toda a produção. No próximo capítulo, analisaremos detidamente os dispositivos legais e estatutários que desvirtuam o cooperativismo e auxiliam o processo de subordinação do campesinato.

CAPÍTULO 2 - A dominação camponesa pela via cooperativa

2.1 – As classes sociais no campo:

O socialismo científico clássico inaugurou a discussão acerca da teoria da luta de classes. Em ‘O Manifesto Comunista’, Karl Marx e Friedrich Engels¹⁰¹ exercitam a melhor característica da Primeira Internacional, ao combinar teoria e prática¹⁰², identificando as duas principais forças contenciosas emergentes da ascensão hegemônica do modo de produção capitalista.

A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta – uma luta que todas às vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa.

Nos primeiros tempos da História, por quase toda parte, encontramos uma disposição complexa da sociedade, em várias classes, uma variada gradação de níveis sociais. Na Roma antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos. Na Idade Média, senhores feudais, vassalos, chefes de corporação, assalariados, aprendizes, servos. Em quase todas estas classes, mais uma vez, gradações secundárias.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais

¹⁰¹ Engels identifica o fim das sociedades comunistas primitivas a partir do estabelecimento dos laços de parentesco patriarcais, que dão origem a instituição da herança e ao surgimento da propriedade privada. O acirramento crescente das disputas entre proprietários e não proprietários impulsionam a criação do Estado e legitimam-no como instrumento repressor dos conflitos, garantindo a hegemonia da classe proprietária sobre as demais. **ENGELS, Friedrich.** *El Origen de la Familia, la Propiedad Privada y el Estado.*

¹⁰² **ANDERSON, Perry.** *Considerações sobre o Marxismo Ocidental – Nas Trilhas do Materialismo Histórico*, São Paulo: Boitempo, 2004.

*em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado.*¹⁰³

A acentuada bifurcação de classes do ‘Manifesto Comunista’ deve-se, em parte, a convivência histórica de seus autores praxistas com a etapa monopolista do capitalismo¹⁰⁴. Nesta época, o proletariado era a única classe social capaz de projetar-se sobre as demais, agitar e coordenar o processo de contraposição aos anseios da burguesia industrial nacional.

De todas as classes que se põem frente a frente hoje com a burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras declinam e, finalmente, desaparecem frente à indústria moderna. O proletariado é o seu produto mais autêntico.

*A classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão, o camponês, todos estes lutam contra a burguesia para não naufragarem. Eles não são, portanto, revolucionários, mas conservadores. E ainda, são reacionários, pois giram a roda da história para trás. Se, por acaso, são revolucionários, eles o são só por terem em vista sua transferência iminente para o proletariado. Deste modo, defendem não os interesses do presente, mas os do futuro. Deserdam seu ponto de vista em prol daquele do proletariado.*¹⁰⁵

Este trecho do documento revela toda a incredibilidade de Marx e Engels quanto à capacidade de algumas classes sociais, inclusive o campesinato, de figurar como co-protagonistas do processo revolucionário da época. No que tange a população camponesa, sua condição de inércia ou mesmo reacionária devia-se em muito ao forte apego aos antigos institutos feudais, combinados à dispersão territorial, as dificuldades de comunicação e transporte, o isolamento político em relação à agitação social das grandes cidades e a ausência de consciência de classe, fator este que impedia sua organização.

¹⁰³ **MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** *O Manifesto Comunista*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.9/10.

¹⁰⁴ Explicar a etapa monopolista do capitalismo como sucessora da concorrencial e antecessora da imperialista.

¹⁰⁵ **MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** *O Manifesto Comunista*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.25.

Mas as atenções destes praxistas estavam voltadas exclusivamente ao proletariado¹⁰⁶, em especial o urbano, que naquele momento histórico apresentava-se como única classe social em estado de franco crescimento e organização, detentor de um extraordinário potencial revolucionário e que se opunha de fato contra a burguesia por toda a Europa.

*... para oprimir uma classe, certas condições devem ser asseguradas sob as quais ela poderá, ao menos, continuar sua existência submissa. ... A condição essencial para a existência e para o poder da classe burguesa é a formação e o crescimento de capital. A condição para o capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado fundamenta-se exclusivamente na competição entre os trabalhadores. O avanço da indústria, cujo promotor involuntário é a burguesia, substitui o isolamento dos trabalhadores, devido à competição, pela combinação revolucionária, devido à associação. O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, tira de sob seus pés a própria fundação sobre a qual a burguesia produz e apropria-se de produtos. O que a burguesia, portanto, produz, acima de tudo, é seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.*¹⁰⁷

A relevância intelectual do ‘Manifesto Comunista’ transborda o contexto histórico de quando o documento foi elaborado, devendo ser interpretado para além da correlação de forças sociais de seu tempo, sob a advertência do ônus da compreensão incorreta, ortodoxa e anacrônica. Destarte, à época em que Marx e Engels conjugaram uma análise estrutural-conjuntural acurada da ‘sociedade burguesa moderna’ com a práxis revolucionário-transformadora¹⁰⁸, estes teórico-práticos também municiaram o texto com um tom panfletário, comumente incompreendido, mas que foi capaz de popularizá-lo para além de sua era e por cada palmo do globo em que se estendeu a hegemonia do modo de produção

¹⁰⁶ As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, em face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. **MARX, Karl. Luta de Classes e Luta Política, ???????????.**

¹⁰⁷ **MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** O Manifesto Comunista, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.27/28.

¹⁰⁸ Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo. **MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** A Ideologia Alemã e Teses sobre Feuerbach, São Paulo: Moraes, 1984, p.???

capitalista. Esta é a principal razão de sua atualidade em pleno século XXI, seu conteúdo materialista histórico, que conclama a união universal da classe proletária¹⁰⁹ contra a opressão da burguesia.

*O Manifesto Comunista apresenta a seu final uma verdadeira guerra à burguesia e uma nova etapa à história do movimento socialista quando substitui o velho lema adotado pela Liga dos Justos 'TODOS OS HOMENS SÃO IRMÃOS' pela proclamação do emblema 'PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS'. A partir desse momento, nem todos os homens passam a ser irmãos, materializa-se a cisão de classes, sendo que o proletariado, classe desprovida de direitos, passa a formar um grupo solidário e distinto dos demais.*¹¹⁰

Vladimir Lênin sublinhou a importância teórica do trabalho de Marx e Engels, que condensaram em sua 'doutrina'¹¹¹ o que havia de melhor na filosofia alemã, na economia política inglesa e no socialismo francês¹¹². O método criado por estes praxistas permitiu a classe trabalhadora conhecer e interpretar a história sob o prisma dos oprimidos, tornando-os aptos a entender os elementos constitutivos da sociedade em que estavam inseridos. Ao materialismo histórico¹¹³ incumbiu a tarefa de identificar e compreender a real força motriz da roda da história: a luta de classes.

O marxismo deu o fio condutor que, neste labirinto e caos aparente, permite descobrir a existência de uma lei: a teoria da luta de classes. Só o estudo do conjunto das tendências de todos os membros de uma sociedade ou de um grupo de sociedades permite definir com uma precisão científica o resultado destas tendências. Ora, as aspirações contraditórias nascem da diferença de

¹⁰⁹ *o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. [...] Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. MARX, Karl. Luta de Classes e Luta Política, ???????????.*

¹¹⁰ **MEZZAROBÀ, Orides.** *O Partido Político em Marx e Engels*, Florianópolis: Paralelo 27 – CPGD, 1998, p.28.

¹¹¹ Talvez por defeito de tradução, talvez por vício de tradição, o 'marxismo' é incorretamente identificado como sendo uma 'doutrina' e não como um método. Denominá-lo 'marxismo', em desconsideração a toda contribuição de Engels, talvez seja tão equivocado quanto considerá-lo uma 'doutrina', porque contraditório a dialética que o fundamenta.

¹¹² **LENIN, Vladimir Ilich Ulianov.** *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, São Paulo: Mandacaru, 1990.

¹¹³ O materialismo histórico é uma teoria geral dos modos de produção.

*situação e de condições da vida das classes nas quais se decompõem qualquer sociedade.*¹¹⁴

As correspondências entre Marx e Engels¹¹⁵ destacam a preocupação desses teóricos-práticos com as táticas desenvolvidas pelo proletariado na luta de classes. Sem isto, o materialismo padeceria de substância e coerência. Somente a análise objetiva da situação de cada classe em conexão com a observação das condições de desenvolvimento da sociedade, permite a construção de uma tática justa e adequada. Nisto, emprega-se o método dialético e não um suposto ‘evolucionismo’, devendo-se aproveitar os momentos de estagnação política para aumentar a consciência, a força e a combatividade da classe, orientadas a um objetivo final e revolucionário¹¹⁶.

As obras de Marx, Engels e Lênin oferecem diversas citações sobre a teoria da luta de classes. Iniciamos o estudo das classes sociais no campo brasileiro a partir de dois textos clássicos, elaborados por Vladimir Lênin e Mao Tse-tung para, em seguida, contextualizar suas contribuições teóricas à realidade histórica e econômica brasileira, cuidadosamente esmiuçada no primeiro capítulo deste trabalho.

Em o ‘Primeiro Esboço das Teses sobre o Problema Agrário’¹¹⁷, Lênin evita os conceitos dogmáticos e unitários como: produtor rural, homem do campo, agricultor, fazendeiro, entre outros, que servem apenas para ocultar a diversidade de classes existente no espaço rural. O praxista russo entendia que em todos os países capitalistas a estrutura agrária é marcada pela coexistência de classes sociais que coexistem em permanente estado de contradição. Neste texto, Lênin esboçou a seguinte classificação:

Primeiramente, o proletariado agrícola, os ‘obreiros assalariados’ ou trabalhadores rurais assalariados; que trabalhavam para as empresas capitalistas agrícolas vendendo sua força de trabalho por jornadas diárias, temporadas ou anualmente. Esses trabalhadores não possuem ou detêm porções de terra insignificantes para o cultivo e auto-sustento, sendo obrigados a vender total ou

¹¹⁴ **LENIN, Vladimir Ilich Ulianóv.** *Karl Marx*, São Paulo: Mandacaru, 1990.

¹¹⁵ **Mencionar as correspondências!**

¹¹⁶ **LENIN, Vladimir Ilich Ulianóv.** *Karl Marx*, São Paulo: Mandacaru, 1990, p.??.

¹¹⁷ **LENIN, Vladimir.** *Primeiro Esboço das Teses sobre o Problema Agrário*, Obras Completas, t. XXXI, p.145 e ss.

parcialmente sua força de trabalho para sobreviverem. Em seguida, os camponeses parcelários ou semiproletários rurais, que sobrevivem parcialmente do cultivo de terras próprias ou arrendadas e complementam sua renda como assalariados rurais.

Em terceiro, os pequenos camponeses que cultivam pequenas porções de terra próprias ou arrendadas, satisfazendo assim suas necessidades familiares sem que se faça necessária à contratação de obreiros assalariados. Na sequência, os médios camponeses, proprietários ou arrendatários de terras cultivadas por eles e que também podem empregar mão-de-obra assalariada, obtendo além do necessário para a sua subsistência um excedente ordinariamente convertido em capital para o ano seguinte. Em quinto, os camponeses ricos, detentores de meios de produção e capitais suficientes para a contratação dos proletários agrícolas, que cultivam terras de sua propriedade, arrendadas ou públicas.

A relação destes últimos com o campesinato reside no fato de também trabalharem no cultivo da terra e viverem no campo. No entanto, são aliados dos latifundiários e desempenham importante papel de contenção da luta entre o proletariado e os camponeses contra os latifundiários. Muitas vezes arrendam parte de suas terras, praticam a usura ou dedicam-se a atividades industriais e comerciais.

Por fim, os latifundiários que descendem dos senhores feudais europeus ou antigos escravistas da América. São grandes possuidores de terras, mas não as trabalham diretamente, exercendo a exploração principalmente por meio do arrendamento, sem desprezar outras possibilidades como os empréstimos ou a atividade comercial e industrial. A renda da terra que recebem é parcela do sobretrabalho dos trabalhadores rurais ou dos pequenos camponeses que trabalham diretamente a terra.

Em 1933 Mao Tse-tung redigiu um texto intitulado 'Como Determinar as Classes nas Zonas Rurais'¹¹⁸, cujo objetivo precípua era recolocar nos trilhos a discussão acerca da reforma agrária e da solução dos problemas que envolviam a terra. Posteriormente, este escrito tornou-se um documento essencial para a determinação das classes sociais na zona rural, sendo adotado pelo Governo Democrático Central de Obreiros e Camponeses da China. Com uma classificação muito próxima daquela desenvolvida por Lenin, Mao identifica as cinco classes

¹¹⁸ **TUNG, Mao Tse.** *Como Determinar las Clases en las Zonas Rurales*, Obras Escogidas, Pequim, 1976, t. I, 1933, p.149 e ss.

sociais no campo chinês a partir de dois critérios fundamentais: a posse da terra e compra ou venda da força de trabalho.

Em primeiro, os latifundiários que possuem terras e não trabalham nelas, ou se dedicam apenas às atividades secundárias¹¹⁹, vivendo fundamentalmente da exploração dos camponeses que arrendam suas terras e, também, da usura, da contratação de assalariados agrícolas, industriais ou do comércio. Os indivíduos que administram as propriedades, os que cobram os arrendamentos e os usurários também sobrevivem da exploração camponesa e, por esta razão, pertencem a essa classe. Para Mao, os latifundiários falidos, os caudilhos militares, os burocratas, os déspotas locais, entre outras categorias específicas da sociedade chinesa, são os representantes políticos dos latifundiários.

Na seqüência, aparecem os camponeses ricos que podem ou não possuir terras e arrendam ou não o que lhes falta. Geralmente dispõem de bons meios de produção e muito capital, podendo participar diretamente da produção, mas sempre auferindo a maior parte de sua renda da exploração do trabalho assalariado. Também podem arrendar parte de suas terras, praticar a usura, dedicar-se parcialmente à indústria e ao comércio ou administrar terras públicas¹²⁰. No que tange a posse da terra, os camponeses médios assemelham-se aos ricos, possuindo também os meios de produção. Geralmente não contratam trabalhadores assalariados e sobrevivem apenas do seu trabalho, sendo eles mesmos explorados mediante o pagamento de arrendamentos e juros, mas em hipótese alguma vendendo sua força de trabalho. Muito raramente, exploram outros camponeses médios ou pobres ao arrendar suas terras para estes, mas mesmo nestes casos a renda auferida não constitui sua fonte principal.

¹¹⁹ *En general, se clasifica a uma persona como dedicada al trabajo secundario cuando participa solo menos de un tercio del año en labores esenciales (esto es, las mas importantes faenas de la producción agrícola fundamental, como arada siembra, cosecha, etc.), o bien, aunque trabaje durante un tercio del año, cuando lo haga sólo en labores no esenciales (esto es, aquellas faenas de importancia secundaria para la producción, como ayudar en el desmalezamiento y en el cultivo de verduras o cuidar animales de tiro).* **TUNG, Mao Tse.** *Como Determinar las Clases en las Zonas Rurales*, Obras Escogidas, Pequim, 1976, t. I, 1933, p.149 e ss.

¹²⁰ *En el campo chino había muchos tipos de tierras públicas: tierras pertenecientes a los gobiernos territoriales o cantonales, a los templos ancestrales de los clanes, a los templos budistas o taoístas, a las iglesias católicas o a las mezquitas, y tierras cuyo arriendo debía destinarse a obras de interés público como el socorro a las víctimas del hambre y la construcción y mantenimiento de puentes y caminos, o a cubrir gastos de instrucción pública. Estas tierras se hallaban controladas, en su gran mayoría, por los terratenientes y los campesinos ricos, y los campesinos de otras capas sociales sólo tenían derecho a intervenir en la administración de una pequeña parte de ellas.* **TUNG, Mao Tse.** *Como Determinar las Clases en las Zonas Rurales*, Obras Escogidas, Pequim, 1976, t. I, 1933, p.149 e ss.

Em seguida, os camponeses pobres que possuem parcialmente a terra e os meios de produção, tendo que arrendar total ou parcialmente as terras em que trabalham e sofrendo, desta forma, a exploração, assim como mediante o pagamento de juros de empréstimos ou por meio da venda direta de parte de sua força de trabalho. Por fim, aparecem os obreiros agrícolas, que ordinariamente não possuem terras e meios de produção, sobrevivendo da venda de sua força de trabalho.

A vasta obra de Lênin abriga outras referências ao campesinato russo, visto por ele como uma classe inconsciente e sem reivindicações políticas claras. Depois de completada a tarefa de identificar as forças e classes sociais existentes no espaço rural da Rússia, Lênin dedicou-se a esclarecer as duas contradições sociais de classe fundamentais: entre os proletários agrícolas e os patrões rurais e, paralelamente, entre o campesinato em seu conjunto e os latifundiários.

*A relação com os camponeses sempre foi vista como prioridade por Lênin. Já no início de 1903, após a tentativa de insurreição dos camponeses em 1902, escreve o ensaio 'Aos pobres do campo', procurando explicar de forma simples, aos camponeses, as idéias marxistas da luta de classes e destacando quais eram as classes sociais que se enfrentavam. Além disso, pretendia mostrar aos camponeses as idéias do partido e a importância de se construir uma aliança de classe entre operários e camponeses.*¹²¹

Para o revolucionário russo era preciso organizar o campesinato e incentivá-lo na luta pela restituição da propriedade da terra e redução da renda paga aos latifundiários. No ensaio 'Aos Pobres do Campo', Lênin expõe o significado das liberdades 'civil' e 'política', advertindo sobre os riscos do discurso burguês que enaltecia o modo de vida simples camponês como solução e apresentava as cooperativas¹²² como meio de resistência à miséria ou as necessidades mais prementes.

Consciente dos problemas apresentados pela questão agrária, em 1917 Lênin redige o 'Programa Agrário'¹²³ do Partido, em que centraliza a luta contra os

¹²¹ GOMES, Oziel. *Lênin e a Revolução Russa*, São Paulo: Expressão Popular, 1999, p.92.

¹²² LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Aos Pobres do Campo*, Luxemburg Internt Archive (marxists.org), 2002.

¹²³ LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Programa Agrário*, Luxemburg Internt Archive (marxists.org), 2002.

latifundiários feudais como essencial para a desconcentração da terra e a melhoria da situação de vida dos camponeses pobres. Para isto, propunha a nacionalização e estatização da terra e reafirmava a necessidade de se estabelecer uma aliança estratégica entre o proletariado e o campesinato na luta pelo desenvolvimento do capitalismo pela via norte-americana. Com essas medidas, acreditava que a Rússia poderia se ver livre das amarras feudais encarnadas no latifúndio, libertando a terra dos resquícios não capitalistas que entravavam ainda mais a liberdade das classes subalternas.

Em ‘O Socialismo Pequeno-Burguês e o Socialismo Proletário’¹²⁴, escrito em 1905, Lênin destaca alguns aspectos importantes do movimento camponês, ressaltando que a luta democrática deveria ser travada pelos proletários e camponeses unindo esforços com uma parte da burguesia e que, numa segunda etapa, a luta socialista seria travada contra toda a burguesia. Ao reafirmar a existência de relações de produção pré-capitalistas no campo russo, o praxista defendia que numa primeira etapa a revolução democrático-burguesa deveria expropriar e nacionalizar a terra e, na etapa seguinte, a revolução socialista se encarregaria de expropriar a burguesia, levando a luta política.

2.2 - Os camponeses brasileiros:

Neste trabalho, optamos por conjugar uma determinada definição do campesinato com uma investigação sobre sua origem e difusão na sociedade de classes brasileira¹²⁵. Com isto objetivamos evitar dois equívocos comuns, que consistem em considerar o campesinato uma classe social que supostamente sobreviveu a desfragmentação de uma antiga ‘ordem feudal’ nacional, bem como o ideal bucólico que sustenta a existência de uma sociedade camponesa, caracterizada em diferentes épocas e lugares em razão do ‘modo de produção camponês’ e da ‘cultura camponesa’, capaz de desenvolver-se com grande autonomia em relação ao processo de formação do Brasil. Feitas estas colocações

¹²⁴ **LÊNIN, Vladmir Ilich Ulianov.** *O Socialismo Pequeno-Burguês e o Socialismo Proletário*, Luxemburg Intern Archive (marxists.org), 2002.

¹²⁵ **FERNANDES, Florestan.** *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.??

preliminares, partimos diretamente para a ‘definição do conceito universal de camponês’ elaborada pelo Professor mexicano José Luis Calva.

No esforço de traçar uma ‘definição do conceito universal de camponês’, José Luis Calva adverte sobre a importância que tem a simplicidade da definição quando tratamos de um fenômeno tão complexo quanto é o campesinato. Para o autor, a virtude de uma boa definição encontra-se na fixação das propriedades essenciais do gênero.

Esse critério de essencialidade, por um lado, passa pela universalidade que surge da análise comparativa entre os camponeses de diferentes épocas e lugares, disseminados no tempo e no espaço, permitindo abstrair aquelas propriedades que permanecem fixas através das mais diversas circunstâncias históricas. Por outro lado, é critério de essencialidade a redução do invariante exterior a princípios do fenômeno, as determinações substanciais que expressam necessariamente sua natureza intrínseca.

Desta forma, Calva expõe os elementos capazes de estruturar uma definição de camponês *strictu sensu*, como sendo o “poseedor de una porción de tierra que explota por su cuenta con su propio trabajo manual como ocupación exclusiva o principal, apropiándose de primera mano, en todo o en parte, los frutos obtenidos y satisfaciendo con éstos, directamente o mediante su cambio, las necesidades familiares”¹²⁶.

Os atributos econômicos que constam nessa definição são essenciais e invariantes no tempo e no espaço. A maior ou menor presença desses elementos implica na constatação de formas híbridas, impuras ou de transição para outras classes sociais. No entanto, esta definição está apegada ao tipo característico, o camponês médio, que na mesma medida em que obtém ingressos adicionais de outras ocupações laborais (jornaleiro, assalariado ou comerciante, v.g.), vai deixando de ser camponês *strictu sensu* em igual proporção.

... a partir de la forma pura existe una enorme serie de transiciones, gradaciones, tipos intermedios, hasta que se alcanzan los momentos del devenir en que los cambios cuantitativos se traducen en saltos cualitativos y el campesino deja de serlo. Ingresa entonces a otras clases sociales o a otros

¹²⁶ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p.51.

*grupos ocupacionales dentro de la misma clase social o grupo socioeconómico*¹²⁷

Retornemos então a cada um dos elementos constitutivos da definição de camponês *strictu sensu* de José Luis Calva, a fim de obter uma melhor compreensão. O primeiro desses elementos é aquele que identifica o camponês como sendo um “poseedor de una porción de tierra”, qualquer que seja sua forma de exteriorização, seja ele possuidor ou proprietário de um lote de campo tribal; tributário de um Estado que aparece como proprietário universal da terra; servo de um senhor de terras feudal, membro de uma comunidade agrária livre, arrendatário, parceiro, proprietário hereditário, proprietário privado; ou então, proprietário ou possuidor associado de uma cooperativa.

Como segundo elemento da definição afirma que o camponês “explota directamente por su cuenta, solo o asociado y com su propio trabajo manual, siendo ésta su ocupación exclusiva o primordial”¹²⁸. Para o autor mexicano, o camponês pode ou não ser ajudado por sua família e por outros trabalhadores, laborando individualmente, em cooperativa, em comuna primitiva ou em grande família. O traço essencial é o cultivo por conta própria e o trabalho produtivo direto como ocupação regular e primordial, ou exclusiva, que distingue o camponês do empresário agrícola do agronegócio ou do fazendeiro escravista da grande lavoura, diferenciando-o também do proletário agrícola, do semi-proletário rural ou do escravo da agricultura mercantil.

Em seguida, na qualidade de terceiro elemento conceitual, Calva assevera que o camponês “se apropria de primera mano, total o parcialmente, individual o asociadamente de los frutos obtenidos”¹²⁹. Isto ocorre mesmo em face da transferência de uma parte da renda sob a forma de tributos ou juros ao capital, porque a parcela substancial da apropriação é feita diretamente pelo camponês, distinguindo-o do escravo ou do proletário agrícola assalariado.

¹²⁷ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p.51.

¹²⁸ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p..

¹²⁹ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p..

Por fim, a percepção de que o camponês “obtiene sus medios de vida (in natura o mediados por el cambio) del producto de dicha explotación”¹³⁰. Isto significa dizer que o camponês produz para seu autoconsumo ou a subsistência de sua família, lavrando aquela porção de terra que ocupa e explora por conta própria, podendo destinar ao mercado os excedentes, mas de forma alguma tomando esta finalidade como principal.

Ao adotar o método investigativo de José Luis Calva escapamos a armadilha que seria tentar analisar todas as espécies campesinas que marcam a história brasileira. Em contrapartida, debruçamo-nos diretamente no estudo da classe social camponesa e suas subclasses, adiante sintetizadas: o camponês patriarcal pré-moderno, o camponês parcelário mercantil e, mais recentemente, os camponeses cooperativistas.

O camponês patriarcal pré-moderno¹³¹ assemelha-se ao campesino patriarcal antigo, pois ambos praticam escassos intercâmbios e têm na agricultura familiar sua atividade principal, comumente combinada a indústria doméstica de auto-consumo. As diferenças entre estas subclasses campesinas referem-se basicamente ao nível tecnológico empregado na produção, sua localização geográfica e à época histórica e em que cada uma delas se apresenta.

O camponês parcelário mercantil¹³² habita e cultiva a terra que ocupa com a ajuda de sua família (podendo contratar assalariados que o ajudem), vendendo a maior parte de sua produção para comprar outros gêneros alimentícios e mantimentos industriais. Após o impulso industrializador brasileiro, uns poucos camponeses desta subclasse conseguiram ter acesso aos créditos governamentais, modernizando-se mediante a incorporação de diversas tecnologias, principalmente na aquisição de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

Os camponeses cooperativistas¹³³, via de regra, são uma derivação da forma anterior. Constituem-se a partir da fusão de camponeses parcelários mercantis em fazendas coletivas, cultivando a terra por meio da união de esforços das famílias (contratando assalariados que por vezes os auxiliam na exploração). Apropriam-se

¹³⁰ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p..

¹³¹ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p.128/129.

¹³² **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p.129/130.

¹³³ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p.130/208.

em comum da produção, vendendo-a total ou parcialmente e repartindo os ingressos da comercialização entre seus sócios. Atuam também em conjunto na compra dos meios de produção e de bens de consumo.

*Bajo el régimen mercantil capitalista las cooperativas campesinas de producción se encuentran sujetas a las leyes inmanentes de este sistema de economía social, y tienden a convertirse más bien en empresas capitalistas indistinguibles de las sociedades por acciones, o a fracasar y desintegrarse, involucionando al régimen parcelario o lanzando sus miembros al proletariado. El dualismo de sus destinos deriva de su propio carácter. La tierra es poseída por la cooperativa como propiedad privada, propiedad aldeana inalienable, 'posesión a perpetuidad' o propiedad patrimonial de los socios; los demás medios de producción (construcciones, ganado, máquinas, aperos e insumos agrícolas) son – en todo o en parte – propiedad privada del grupo a quien también pertenecen los productos obtenidos, destinados al mercado en su parte preponderante (mediante su venta al estado o en el mercado abierto). El carácter mercantil de la producción, la propiedad privada de los medios de producción (total o parcial) y la apropiación privada de los frutos son rasgos que la cooperativa campesina de producción tiene en común con la gran empresa capitalista privada y con la explotación pequeño burguesa del campesino mercantil parcelario; y esos mismos rasgos diferencian a la producción cooperativa de la producción socialista integral, donde los medios de trabajo son propiedad común de todo el pueblo y no existe el intercambio de productos como mercancías ni su apropiación directa por los grupos especiales de obreros que los producen. En consecuencia, las cooperativas campesinas de producción no eliminan la contradicción entre el carácter social de la moderna producción y el carácter privado de la apropiación de la riqueza; se limitan a imprimir una nueva forma a este antagonismo característico de la economía de mercado.*¹³⁴

A definição de Calva não inclui aspectos culturais, de organização social ou formas de relação com os poderes políticos. A razão de ser dessa opção repousa na intenção do autor de evitar alguns 'lugares comunes' da antropologia, da economia e

¹³⁴ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p.131.

da sociologia, como as recorrentes teorizações sobre o suposto ‘modo de produção camponês’, a ‘cultura camponesa’ ou a ‘sociedade camponesa’¹³⁵.

Adjetivar como ‘lugar comum’ a obra ‘*The Theory of Peasant Economy*’¹³⁶ do russo Alexander Chayanov é demasiado agressivo, até porque sua influência teórica está presente nos mais expressivos estudos sobre o campesinato. Cumpre-nos ressaltar, que este autor dedicou-se ao estudo do campesinato russo, imerso numa estrutura feudal marcada pela propriedade comunal da terra. Mas esta importante especificidade é recorrentemente desprezada por alguns estudos que, sem maiores cuidados, simplesmente transplantam àquelas idéias para realidades totalmente distintas, como a brasileira.

*El mecanismo de Chayanov sólo puede explicarse a partir de la ausencia de un mercado de tierra, a partir del control que las comunas ejercían sobre el acceso a la tierra de sus miembros. Lenin está pensando, y no es casual que nunca sea muy explícito sobre el problema del tipo de tenencia imperante en Rusia, en zonas dominadas por mecanismos de mercado que no sólo permiten la circulación de los productos sino que convierten a la tierra y al trabajo en mercancías.*¹³⁷

A obra de Chayanov também diverge dos pensadores socialistas pós Marx e Engels em outros aspectos como, por exemplo, quanto à diferenciação social camponesa, ou seja, quanto à estratificação das unidades produtivas rurais. Enquanto Lênin relaciona o volume de terras possuídas, arrendadas ou próprias, com a propriedade dos meios de produção e a disponibilidade de capital, como fatores determinantes para a compra e venda de força de trabalho por camponeses ricos, médios ou pobres; Chayanov assevera que o tamanho das unidades familiares é o fator preponderante na compra e venda desta força de trabalho.

Enquanto a obra de Karl Marx contempla uma teoria econômica ampla e universal, o estudo de Chayanov investiga o campesinato sob um enfoque compartimentado, que desconsidera as influências do mercado sobre a agricultura e suas relações com outros setores da economia, como o comércio, a indústria e as

¹³⁵ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, Siglo XXI, Argentina, 1988, p.227-240.

¹³⁶ **CHAYANOV, Alexander V.** *The Theory of Peasant Economy*, Illinois, 1966.

¹³⁷ **ARCHETTI, Eduardo; STÖLEN, Kristi Anne.** *Explotación Familiar y Acumulación de Capital en el Campo Argentino*, Buenos Aires: Siglo XXI, 1975, p.117.

finanças¹³⁸. Disto, deriva a principal diferença com o pensamento de Marx, que enfatiza a apropriação pela sociedade dos excedentes produzidos pelos camponeses, ao passo que Chayanov defende que os próprios camponeses dispõem de mecanismos que impedem a produção de excedentes passíveis de serem apropriados por outras classes sociais.

*Para Chayanov el campesino no tiende a sobrepasar un límite fijado por ciertas necesidades y del que dependen el grado de explotación de su fuerza de trabajo; si hay un excedente el equilibrio se restablece mediante una reducción, al año siguiente, del desgaste de energía. Para Marx, en tanto el campesino está inmerso en relaciones de mercado, se crean nuevas necesidades continuamente y todo excedente en forma de dinero puede ser utilizado de diversas formas. Para el economista ruso la economía campesina es un modo de producción al mismo nivel que los modos de producción esclavista, feudal o capitalista; en cambio para Marx la producción mercantil simple, de la que los campesinos son un caso y los artesanos otro, nunca alcanza a constituirse en un modo de producción dominante y como tal puede estar presente y desarrollarse bajo diferentes modos de producción pero siempre como un modo de producción secundario. Esta diferencia es central para comprender una y otra posición y proviene de un hecho básico: Chayanov construye su teoría a partir del campesinado ruso que no había llegado a la propiedad privada de la tierra; Marx, a partir de lo que él llama campesinos parcelarios que tenían la tierra en propiedad privada.*¹³⁹

Desde o início deste trabalho, destacamos que o processo histórico de formação da economia agrícola brasileira tem sido marcado pela interdependência entre dois setores: o agro-exportador e o de subsistência. Naquele, a substituição do trabalho escravo pelo assalariamento fez com que se reunissem todos os elementos estruturais do capitalismo, que foram dinamizados graças à apropriação indireta dos excedentes oriundos deste, onde as formas pré-capitalistas de produção permitiram o surgimento do campesinato nacional.

¹³⁸ ARCHETTI, Eduardo; STÖLEN, Kristi Anne. *Explotación Familiar y Acumulación de Capital en el Campo Argentino*, Buenos Aires: Siglo XXI, 1975, p.120.

¹³⁹ ARCHETTI, Eduardo; STÖLEN, Kristi Anne. *Explotación Familiar y Acumulación de Capital en el Campo Argentino*, Buenos Aires: Siglo XXI, 1975, p.119.

*... o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação -, mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética.*¹⁴⁰

Portanto, a esmagadora maioria dos camponeses brasileiros provém da agricultura de subsistência, que também gerou uma grande quantidade de proletários agrícolas, em razão dos institutos legais que patrocinaram a concentração fundiária. São camponeses parcelários mercantis ou cooperativistas os que praticam o cultivo familiar de pequenas áreas de terra, próprias, arrendadas ou cedidas, produzindo para o consumo de sua família e vendendo os excedentes no mercado interno. São camponeses patriarcais pré-modernos aqueles que se isolaram no interior do País ou que foram compelidos¹⁴¹ pelos projetos de colonização oficiais a proceder ao desbravamento da ‘fronteira agrícola’.

Normalmente, dominam apenas as tecnologias atrasadas (derrubada e queimada para o plantio) ou mais simples (como a seleção e conservação de sementes e mudas), que associam aos conhecimentos tradicionais da agricultura (ciclos agrícolas, controle de doenças, aptidões do solo, especificidades da natureza e dos micro-climas, construções dos próprios equipamentos, domínio de técnicas de construção de casas, galpões, cercas, etc.) na produção agrícola diversificada (policultivos) e variada criação de animais.

Esse tipo de atividade permanece presente no campo até hoje porque o capital consegue conviver e subordinar as relações de produção pré-capitalistas. Um exemplo disso é a renda capitalista da terra, que nos antigos regimes feudais equivalia ao ‘tributo’ pago pelo camponês que cultivava as terras dos proprietários

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista*, São Paulo: Boitempo, 2003, p.43.

¹⁴¹ ... o campesinato inserido no modo de produção capitalista, do qual estamos tratando, não guarda senão uma semelhança formal com o ‘camponês livre e independente’ que porventura tenha existido em épocas pretéritas. SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.132.

fundiários. O desenvolvimento do capitalismo pela 'via prussiana'¹⁴² fez com que a renda territorial passasse a ser apropriada pelo capital financeiro, sob a forma de juros e encargos decorrentes dos empréstimos bancários, ou pela indústria e o comércio, que pagam baixos preços pelos gêneros alimentares e matérias-primas produzidos, e fornecem insumos, máquinas e equipamentos a preços elevados.

*Quando o camponês, lidando com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vende seus produtos por um preço por vezes inferior ao gasto que ele teve, ele está na verdade transferindo parte de sua renda para a sociedade com um todo... , ou seja, o capital está extraindo o seu trabalho excedente; é o que se chama de sujeição da renda da terra ao capital.*¹⁴³

Todo esse processo comprova que o camponês patriarcal pré-moderno cedeu espaço ao camponês parcelário mercantil ou cooperativista, que não mais produz isoladamente ou apenas para seu auto-sustento, tendo que fazer uso da maior quantidade possível de trabalho de sua unidade familiar para conseguir permanecer no campo. Se de um lado, o capitalismo expulsa milhares de famílias do campo todos os anos, tomando suas terras e seus meios de produção (mediante o emprego da violência privada ou judicial¹⁴⁴), de outro, ele necessita da reprodução camponesa que responde pelo abastecimento do mercado interno a baixos custos.

Desta forma, podemos compreender o campesinato como sendo uma das classes sociais do campo brasileiro, que apesar de não produzir de forma capitalista se sujeita ao sistema no momento em que interage com o mercado diretamente ou por meio de uma cooperativa.

Fazer a análise do campesinato como classe social do modo capitalista de produção não significa ter um entendimento de que essa classe social é autônoma e que não está sujeita ao capitalismo. Pelo contrário, os camponeses fazem parte das chamadas classes subalternas ... e de alguma maneira sofrem também exploração nessa relação com o capital. Entretanto, essa exploração não se dá de forma direta, não se trata de assalariamento e

¹⁴² via prussiana

¹⁴³ **BOMBARDI, Larissa Mies.** *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*, São Paulo: Annablume, 2004, p.55.

¹⁴⁴ **MACHADO, João Marcelo Borelli.** *Violência Judicial Contra os Movimentos Populares no Paraná*, Londrina: GEPAL – UEL, 2005.

*nem, portanto, de extração da mais-valia. O que ocorre é uma sujeição da renda ao capital, o que lhe permite alguma maleabilidade para lidar nessa relação.*¹⁴⁵

O mais curioso de tudo isto é que as unidades produtoras familiares são bastante numerosas em todos os países capitalistas, inclusive nas economias mais desenvolvidas e centrais, como os Estados Unidos da América e a União Européia.

2.4 - Os dispositivos legais e estatutários de submissão econômica camponesa:

Existe na doutrina¹⁴⁶ uma classificação da legislação cooperativa em cinco períodos, assim divididos: implantação; consolidação parcial; centralismo estatal; renovação das estruturas; e liberalização. Neste momento, deixamos de lado a costumeira enumeração de todos os diplomas legais que algum dia regulamentaram o cooperativismo no Brasil, para concentrar nossos esforços na análise conjugada da Lei n.º 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971, com o estatuto de uma cooperativa agrícola mista¹⁴⁷, a fim de apontar os dispositivos legais e os mecanismos estatutários que contribuem para o desvirtuamento do ‘movimento cooperativo’ e permitem a exploração do sobretrabalho camponês.

Elaborada durante o regime golpista pós-1964, a Lei federal n.º 5.764/71 visava “estimular a formação de cooperativas em bases empresariais”¹⁴⁸, promovendo a inserção das pequenas unidades produtoras no mercado e

¹⁴⁵ **BOMBARDI, Larissa Mies.** *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*, São Paulo: Annablume, 2004, p.54.

¹⁴⁶ **BULGARELLI, Waldirio.** *As Sociedades Cooperativas e sua Disciplina Jurídica*, Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p.64 e ss.

¹⁴⁷ A Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina – CAMDA situa-se no Município de Adamantina, interior do Estado de São Paulo, tendo reformulado seus estatutos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2003, arquivados perante a JUCESP sob n.º70.309/03-6 e publicado no Jornal Diário do Oeste em 16 de abril daquele mesmo ano. Esta cooperativa desenvolve algumas linhas estratégicas, que estão relacionadas no artigo 6º do seu estatuto, a saber: comercialização (§ 1º), serviços de armazenagem (§ 2º), serviços de abastecimento (§ 3º), serviços financeiros (§ 4º), serviços técnicos (§ 5º) e serviços sociais (§ 6º).

¹⁴⁸ **LOUREIRO, Maria Rita Garcia.** *Cooperativismo e Reprodução Camponesa*, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, São Paulo: Cortez, 1981, p.136.

subordinando todas as espécies de exploração agrícola aos setores industrial e financeiro.

Ao considerar que “as cooperativas são sociedades de pessoas... constituídas para prestar serviços aos associados” (artigo 4º, *caput*), ou que “as cooperativas singulares se caracterizam pela prestação de serviços aos associados” (artigo 7º), verificamos que a Lei deu total primazia ao “cooperativismo tipicamente prestador de serviços”¹⁴⁹ em detrimento das demais modalidades. Este fato contribuiu enormemente para impulsionar o processo de ‘modernização conservadora’ da economia agrícola brasileira.

A Lei federal n.º 5.764 é praticamente a única responsável pela regulamentação de todas as formas de cooperativismo¹⁵⁰ no Brasil e, indubitavelmente, foi redigida com a finalidade de moldar as cooperativas à imagem e semelhança das demais sociedades empresariais capitalistas¹⁵¹. Não por acaso, nossa ordem econômica é fundada na livre iniciativa¹⁵² e comandada por empresas privadas nacionais ou estrangeiras, cujas formas constitutivas estão previstas no novo Código Civil, que insere dentre elas as sociedades cooperativas¹⁵³.

Uma cuidadosa análise do estatuto da Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina – CAMDA permite-nos constatar como os elementos conservadores e autoritários da Lei n.º 5.764/71 encontram-se presentes e foram impressionantemente intensificados. Dois bons exemplos disso estão nos capítulos

¹⁴⁹ **SCHNEIDER, João Elmo.** O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, *in* LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.39.

¹⁵⁰ Em Portugal existem diversas leis e decretos que regulamentam os diferentes tipos de cooperativas existentes naquele país. Além do Código Cooperativo, destacando-se: o Decreto-lei n.º 323/81 (Cooperativas de Serviços); Decreto-lei n.º 309/81 (Cooperativas de Produção Operária); Decreto-lei n.º 441-A/82 (Cooperativas de Ensino); Decreto-lei n.º 313/81 (Cooperativas Culturais) e Decreto-lei n.º 523/99 (Regime das Cooperativas do ramo da Comercialização).

¹⁵¹ Talvez por isso a Lei n.º 5.764/71 permita que os sócios mais ricos subscrevam quotas-partes do capital social proporcionais ao movimento financeiro, à comercialização ou a área cultivada, visando o recebimento de juros sobre o capital (artigo 24, §§ 1º e 3º) e trate com naturalidade a possibilidade de contratação de empregados nos termos da legislação trabalhista e previdenciária (artigo 91). Isto sem contar a possibilidade de se sacrificar à autogestão dos cooperados mediante a contratação de *gerentes técnicos ou comerciais que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários* (artigo 48)!

¹⁵² O artigo 170 da Constituição Federal de 1988 estabelece que *a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: ... II – propriedade privada; III – função social da propriedade; IV – livre concorrência;*

¹⁵³ Artigos 1093 a 1096 do Capítulo VII, Subtítulo II, Título II, Livro II do Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10/01/02).

IV e XI, que regulamentam os critérios para admissão de novos sócios e o ‘processo eleitoral’ da cooperativa.

O *caput* do artigo 10 da CAMDA estabelece como requisito para o ingresso na sociedade, que o produtor rural “se dedique à atividade agropecuária ... em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo”, devendo, neste último caso, quando se tratar de parceria ou arrendamento, apresentar “aval de pessoa idônea e aceita pelo Conselho Diretivo” (estatuto, artigo 10, § 4º), para que possa operar na sociedade. A “respectiva proposta de admissão fornecida pela Cooperativa” deverá ser assinada juntamente “com outro associado atuante na Cooperativa” (estatuto, artigo 11, *caput*) e “capeada do registro de escritura da propriedade e/ou contrato de parceria ou arrendamento com validade de vigência, incluindo certidões negativas nos termos da Lei, será encaminhada ao Conselho de Administração para sua apreciação e respectivo parecer de aceite ou não na sociedade” (estatuto, artigo 11, § 1º), exigências estas que excedem¹⁵⁴ em muito o fixado pelo artigo 30 da Lei n.º 5.764/71.

Os dispositivos supramencionados deixam bem claro que muitos camponeses estão impedidos de acessar os quadros societários da CAMDA. Este, por exemplo, é o caso dos posseiros, meeiros, sitiantes ou agregados, que não possuem um título de propriedade ou qualquer outro instrumento jurídico capaz de ‘legitimar’ o uso que fazem da terra, para efeitos de ingresso na cooperativa. Como já demonstramos em outras passagens deste trabalho¹⁵⁵, estes tipos ordinariamente podem ser enquadrados como camponeses patriarcais pré-modernos, uma vez que cultivam a terra visando o auto-sustento e praticam escassos intercâmbios com o mercado, o que os tornam desinteressantes para a cooperativa.

A bem da verdade, todos eles estão inseridos naquele conjunto de relações pré-capitalistas de produção que interagem e tornam possível a continuidade das relações de produção capitalistas no campo. A expropriação do sobre-trabalho desses tipos camponeses dá-se por outras vias e seus excedentes, quando existentes, são tão insignificantes que não interessam a cooperativa. Como, via de regra, fazem uso de tecnologias muito atrasadas os serviços oferecidos pelas

¹⁵⁴ Art. 30. À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a admissão de associados, que se efetive mediante aprovação de seu pedido de ingresso pelo órgão de administração, complementa-se com a subscrição das quotas-partes de capital social e a sua assinatura no Livro de Matrícula.

¹⁵⁵ Seção III do Capítulo I e Seção II do Capítulo II.

cooperativas (compras em comum de maquinários, equipamentos ou insumos) lhes são inacessíveis ou simplesmente desnecessários. Para João Elmo Schneider existe um

*... mecanismo da exclusão, que decorre do caráter da organização cooperativa enquanto prestadora de serviços. O tipo dos serviços, e a forma como são geralmente oferecidos, não atendem aos interesses e necessidades básicas de importantes categorias de produtores e trabalhadores rurais (assalariados, meeiros, moradores, posseiros, pequenos arrendatários e mesmo proprietários minifundistas) ... esse tipo de organização se torna, na prática, irrelevante para este importante público.*¹⁵⁶.

No que tange o ‘processo eleitoral’ da CAMDA, nem mesmo o preceituado pelo artigo 47 da Lei n.º 4.764/71 foi acatado, não havendo qualquer item do estatuto que lembre a necessidade de “renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho Administrativo”¹⁵⁷. Soma-se a isso, o fato de que o artigo 89 do estatuto encarregou-se de acrescentar maior centralismo e autoritarismo a entidade, quando prescreveu que “a (s) chapa (s) concorrente(s) deverá(ão) ser entregue(s) para registro na Secretaria da Cooperativa com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da Assembléia e, já possuindo o “currículo” dos seus integrantes aprovados, um a um, pelo Conselho Consultivo” (estatuto, artigo 89, § 1º, I).

Se considerarmos que a Lei n.º 4.764/71 não vedou a possibilidade que ocorram sucessivas reconduções daqueles 2/3 (dois terços) restantes que compõem o Conselho Administrativo, teremos a receita perfeita para aquele “grupo de dirigentes com tendência a perpetuar-se, posto que as renovações, além de parciais, não estão reguladas pela cláusula de rodízio”¹⁵⁸. Com isto, uma minoria economicamente poderosa pode permanecer indefinidamente na diretoria da

¹⁵⁶ **SCHNEIDER, João Elmo.** O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.34/35.

¹⁵⁷ Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

¹⁵⁸ **LOUREIRO, Maria Rita Garcia.** Cooperativismo e Reprodução Camponesa, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.137.

cooperativa, burocratizando-a e inviabilizando o controle democrático e a participação efetiva dos sócios.

Mas o aspecto que merece a maior atenção em nossa análise é o fato da lei brasileira autorizar que pessoas jurídicas ingressem em conjunto com pessoas físicas nas cooperativas (artigo 29, § 2º)¹⁵⁹, bastando para isso que elas “tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas” (artigo 6º, inciso I). No caso da CAMDA, a expressão ‘excepcionalmente permitida’ foi omitida do § 2º do artigo 10 de seu estatuto¹⁶⁰, que apenas exige do cooperado que ele se enquadre aos objetivos da sociedade.

Esta indevida ‘associação’ entre pessoas físicas e jurídicas acaba gerando as mais nefastas conseqüências àquelas unidades produtivas que se baseiam apenas no trabalho familiar, pois vendem sua produção ao preço de mercado e conjuntamente com as empresas agrícolas que exploram mão-de-obra assalariada. Como a subordinação da agricultura aos setores industrial, comercial e financeiro encontra-se consolidada há algumas décadas, os baixos preços pagos pelos gêneros alimentares e matérias-primas forçaram os camponeses à progressivamente intensificar o trabalho familiar, fornecendo o sobre-trabalho apropriado pelo sistema sob formas diversas.

Reza a Lei n.º 5.764/71 que ao operar como armazéns gerais, as cooperativas podem praticar vendas em comum e expedir “Conhecimentos de Depósitos” e Warrants para os produtos de seus associados” (artigo 82). Mas do ponto de vista econômico, os benefícios desfrutados pelos grandes produtores vão muito além das possibilidades ofertadas por estas operações. Após receber a produção dos associados à cooperativa pode dispor livremente das mercadorias, inclusive para ofertá-las em garantia nas operações de crédito (artigo 83). Além do acima referido (estatuto, artigo 9º), o estatuto da CAMDA dispõe sobre a possibilidade de acordo com os produtores interessados, visando à “autorização de descaracterização de seus cafés, os quais passarão a serem comercializados via mercado comum pela CAMDA, podendo, inclusive, vir a obter maiores resultados em

¹⁵⁹ Art. 29. ... § 2º Poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas. § 4º Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade.

¹⁶⁰ Art. 10. ... § 2º. Poderão ainda associar-se à Cooperativa, as pessoas jurídicas, que satisfeitas as condições descritas neste artigo e Legislação Cooperativista vigente, se enquadrarem nos objetivos da sociedade, o mesmo podendo ocorrer com associação de produtores e cooperativas singulares.

relação aos que permanecerem ‘caracterizados em armazéns’” (estatuto, artigo 9º, Parágrafo Único).

É fato notório que quanto maiores forem às garantias ofertadas as instituições financeiras, melhores serão as condições de obtenção do crédito, principalmente no que tange ao *spread* e aos prazos para pagamento. Muitas cooperativas agrícolas são mistas, ou seja, também operam ofertando serviços financeiros¹⁶¹ aos associados, como a CAMDA (estatuto, artigo 7º, § 4º), no que vieram substituir muitas contratações que anteriormente eram feitas diretamente entre os cooperados e os bancos.

Mas o armazenamento e a venda em comum da produção não propiciam aos grandes produtores ganhos diretos sobre os camponeses. Como já afirmamos anteriormente o sobre-trabalho do campesinato e grande parte da mais-valia gerada pelos trabalhadores das empresas agrícolas capitalistas são apropriados por outros setores econômicos que dominam a agricultura. O que as cooperativas permitem é a eliminação dos intermediários, que anteriormente retinham para si uma parcela do valor da produção. Essa parcela, antes diluída entre os ‘atravessadores’ passou em parte a ser retida pela cooperativa, que depois de apuradas as despesas e eventuais perdas, distribui as sobras na proporção das operações que os cooperados realizam com a cooperativa.

Neste sentido, a cooperativa além de atenuar a descapitalização dos grandes produtores ainda distribui as sobras, ou os eventuais prejuízos, proporcionalmente a fruição dos serviços ofertados (artigo 80, inciso II), ao passo que as despesas gerais são igualitariamente rateadas (artigo 80, inciso I)¹⁶². Assim disciplina o artigo 4º, inciso VII da Lei n.º 5.764/71, que “estabelece o retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral”¹⁶³. O artigo 21, inciso IV determina a

¹⁶¹ Dentre os serviços financeiros ofertados pela CAMDA destacam-se as vendas a prazo (estatuto, artigo 7º, § 4º, ‘a’), os adiantamentos (estatuto, artigo 7º, § 4º, ‘d’), o encaminhamento e o apoio aos cooperados na contratação de crédito produtivo junto aos bancos (estatuto, artigo 7º, § 4º, ‘b’) e auxílio nas transações com créditos bancários (estatuto, artigo 7º, § 4º, ‘c’).

¹⁶² Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços. I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído os serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto; II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

¹⁶³ Art. 44. A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da

inclusão deste item nos estatutos da cooperativa¹⁶⁴, como o fez a CAMDA ao reproduzir literalmente o texto legal em seu artigo 13, 'a1' e 'a2'. A diferença, no caso da cooperativa analisada, é que “as sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, serão rateadas entre os associados em partes diretamente proporcionais as suas operações de compras e vendas em comum” (estatuto, artigo 81, parágrafo único).

Cumprir destacar que as cooperativas estão obrigadas a constituir, a partir das sobras líquidas apuradas no exercício, “um fundo de reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades” (artigo 28, I) e “um fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa” (artigo 28, II), em percentuais equivalente a 10% (dez por cento) e 5% (cinco por cento), respectivamente.

No entanto, as cooperativas agropecuárias também podem adquirir produtos de não associados “para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações”¹⁶⁵ (artigo 85), podem “fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei”¹⁶⁶ (artigo 86), ou ainda “participar de sociedades não cooperativas públicas ou privadas, em caráter excepcional, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares”¹⁶⁷ (artigo 88), operações estas que serão levadas “à conta do “fundo de assistência técnica, educacional e

ordem do dia: I - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

¹⁶⁴ Art. 21. O estatuto da cooperativa deverá indicar: ... IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

¹⁶⁵ Art. 85. As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.

¹⁶⁶ Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.

¹⁶⁷ Art. 88. Mediante prévia e expressa autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal, consoante as normas e limites instituídos pelo Conselho Nacional de Cooperativismo, poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas públicas ou privadas, em caráter excepcional, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares. (Vide Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001). Parágrafo único. As inversões decorrentes dessa participação serão contabilizadas em títulos específicos e seus eventuais resultados positivos levados ao “Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social”.

social" e serão contabilizados em separado"¹⁶⁸ (artigo 87) e cujos resultados "serão considerados como renda tributável" (artigo 111), por não estarem subsumidas ao conceito de ato cooperativo¹⁶⁹ (artigo 79).

Como a lei não faz nenhuma ressalva, as cooperativas podem facilmente obter aqueles cinco pontos percentuais mínimos, necessários à composição do fundo de assistência técnica, educacional e social, exclusivamente dos ingressos oriundos das operações com terceiros (artigos 85, 86 e 88), deixando para a repartição um volume maior de sobras líquidas.

Neste item, ao menos estatutariamente, a CAMDA compõe o FATES a partir da somatória de "5% (cinco por cento) das sobras apuradas no exercício" (estatuto, artigo 83, § 2º), dos "resultados líquidos de operações com não associados" (estatuto, artigo 83, § 2º, 'a'), "dos eventuais resultados positivos decorrentes de participação em sociedade não cooperativas" (estatuto, artigo 83, § 2º, 'c') e das doações do FATES de outras "cooperativas de segundo e terceiro grau, ou entidades ligadas ao setor cooperativista" (estatuto, artigo 83, § 2º, 'b'). Para o fundo de reserva são destinados 30% (trinta por cento) das sobras (estatuto, artigo 81, 'a').

Todos esses elementos corroboram a assertiva inicial de que a Lei n.º 5.764/71 veio estimular um 'cooperativismo' de espírito empresarial, plenamente apto a operar segundo os ditames do capitalismo. Inseridas numa estrutura econômica em que a agricultura está subordinada aos setores industrial e financeiro, cooperativas agrícolas como a CAMDA tentam resistir a este processo, mas acabam se engajando na exploração do sobre-trabalho da população camponesa.

Uma vez 'associados' a CAMDA, os cooperados ficam obrigados a "entregar toda sua produção à cooperativa" (estatuto, artigo 12, § 2º, 'a') e a "subscrever e integralizar as quotas-partes do capital ... e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos" (estatuto, artigo 12, § 2º, 'a'). Para Maria Rita Garcia Loureiro

¹⁶⁸ Art. 87. Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

¹⁶⁹ Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre eles e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

*... é a cobrança destas taxas que determina a formação das chamadas 'sobras líquidas' da cooperativa. Estas sobras líquidas são os resultados positivos das operações da cooperativa decorrentes basicamente do cálculo anual das taxas cobradas aos cooperados em nível superior aos custos previstos e que, não sendo gastas totalmente, são devolvidos aos cooperados, conforme critérios estabelecidos teoricamente em Assembléia Geral, mas de fato, decididos pela diretoria e apenas referendados por aquela Assembléia.*¹⁷⁰

Sem embargo, o estatuto da CAMDA ainda prevê que o atendimento dos objetivos da Cooperativa, sejam eles principais, acessórios ou complementares, poderão ser alcançados mediante a participação “em sociedades não cooperativas, bem como manter por conta própria ou através de contratos ou convênios com empresas ou entidades de direito público ou privado, quaisquer serviços e/ou atividades” (estatuto, artigo 8º), podendo “operar com terceiros em bases que não superem 30% (trinta por cento) do montante estabelecido ... independente de aprovação em Assembléia Geral” (estatuto, artigo 8º, parágrafo único).

Por tudo isto, concordamos que “continua utópico pensar-se que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter à dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo”.¹⁷¹

¹⁷⁰ LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e Reprodução Camponesa, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.148.

¹⁷¹ SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.31.

CONCLUSÃO

Nas seções anteriores demonstramos exaustivamente que a pequena produção na agricultura brasileira desenvolveu-se subordinada ao proprietário fundiário e ao capital comercial. A ‘modernização conservadora’ veio inaugurar uma nova etapa neste processo, em que o campesinato fica a total mercê da indústria e do setor financeiro, ao passo que o cooperativismo agrícola renova as formas de apropriação do sobre-trabalho das unidades produtivas familiares.

Essa capturação dos excedentes deu-se por meio do financiamento dos insumos e máquinas agrícolas, da oferta de assistência técnica, pela adoção forçada de novos padrões técnicos ou mediante o estabelecimento do mercado monopsônico da matéria-prima (fumo, v.g.). O cooperativismo inicia-se na região centro-sul do País, ante a proximidade dos mercados consumidores urbanos mais relevantes e a concentração da indústria fornecedora de equipamentos e insumos, espraiando-se por outras regiões conforme a ampliação da fronteira agrícola.

Muito embora o cooperativismo tenha surgido amparado nos princípios da ajuda mútua, do controle democrático, entre outros, a evolução histórica deste empreendimento e sua inserção na economia agrícola brasileira não se deu à margem dos problemas imanentes à formação social em que se inseriu. Situado no conjunto dos desequilíbrios estruturais de nosso modelo econômico, o cooperativismo agrícola ajustou-se à dinâmica do processo de concentração do capital e, neste sentido, veio auxiliar os mecanismos de subordinação do setor agrícola ao modelo de acumulação centrado no setor urbano-industrial¹⁷².

Neste sentido, podemos afirmar que existe uma série de pressupostos inerentes às condições estruturais da economia agrícola brasileira que regem o funcionamento das cooperativas e orientam suas características no sentido oposto ao conjunto de princípios normativos que integram a ‘doutrina’ cooperativista.

Os imperativos do mercado compeliram as cooperativas agrícolas a utilizarem os mesmos métodos operacionais (padronização dos produtos e sistema de vendas

¹⁷² *Se a cidade tem sempre um poder de atração sobre o excedente engendrado no conjunto do território, ela não o faz por conta própria, nem para o reter, mas funciona antes como um ponto de retransmissão do sistema econômico e financeiro mundial.* **SANTOS, Milton.** *Economia Espacial – Críticas e Alternativas*, São Paulo: USP, 2003, p.149.

em consignação, v.g.) e organizacionais (contratação de administradores e empregados assalariados, v.g.) de suas concorrentes comerciais. Na medida em que se expandiram como empresas plenamente inseridas numa economia capitalista hostil, descaracterizaram-se enquanto cooperativas e substituíram àqueles princípios originários pela lógica meramente mercantil.

Um interessante exemplo disso é a inexpressiva aplicabilidade do princípio do controle democrático e da participação efetiva dos sócios nestas cooperativas, em razão da burocratização administrativa e da expansão ilimitada do quadro societário, que somadas ao baixo nível de instrução característico do campo brasileiro acabaram contribuindo para a ampliação dos obstáculos a participação consciente dos sócios. Com isto, a racionalidade típica dos empreendimentos capitalistas sobrepõe-se aos princípios associativistas originais e transforma os produtores cooperados em meros clientes de serviços.

Diante do processo de acumulação capitalista, a cooperativa apresenta-se como um empreendimento econômico capaz de atenuar a descapitalização dos grandes produtores rurais, permitindo-lhes ampliar a retenção de sua parcela no preço final dos produtos. No valor dos produtos que as cooperativas agrícolas lançam no mercado estão incorporados o sobre-trabalho familiar camponês e a mais-valia dos operários da cooperativa.

A grande maioria das cooperativas bem sucedidas consolidou-se como empresas comerciais perfeitamente ajustadas ao mercado, desmistificando as possibilidades transformadoras do 'movimento cooperativo', que poderia supostamente apresentar-se como o agente propulsor de um desenvolvimento sócio-econômico alternativo.

... a cooperativa não elimina nem suaviza a situação de descapitalização ou expropriação sofrida pelo produtor camponês, mas a mantém. De um lado, ela afasta os chamados comerciantes intermediários, que podem intensificar aquela expropriação. Mas, de outro, ela não só vende os produtos dos cooperados ao mesmo preço vigente no mercado (isto é, sujeito ao tabelamento e restrições da política econômica que subordina o campo, especialmente seus trabalhadores, ao capital industrial e financeiro) mas

*inclusive extrai pesadas taxas dos cooperados. São exatamente estas taxas que respondem pelo sucesso da cooperativa enquanto empresa capitalista.*¹⁷³

Ao inserir-se na economia agrícola capitalista brasileira, a cooperativa passa a atuar como um eficiente instrumento de subordinação dos agricultores camponeses ao capital sem, no entanto, destruí-los. Desta forma, viabiliza-se a expropriação do campesinato por vias indiretas, mediante a inserção dos cooperados no mercado que passam a vender seus produtos ao mesmo preço vigente no mercado, subordinando o campo ao capital industrial e financeiro.

Como frisamos na última seção do capítulo II, Lei federal n.º 5.764/71 foi elaborada durante o regime golpista pós-1964 e visava “estimular a formação de cooperativas em bases empresariais”¹⁷⁴, promovendo a inserção das pequenas unidades produtoras no mercado e subordinando todas as espécies de exploração agrícola aos setores industrial e financeiro.

Ao considerar que “as cooperativas são sociedades de pessoas... constituídas para prestar serviços aos associados” (artigo 4º, *caput*), ou que “as cooperativas singulares se caracterizam pela prestação de serviços aos associados” (artigo 7º), verificamos que a Lei deu total primazia ao “cooperativismo tipicamente prestador de serviços”¹⁷⁵ em detrimento das demais modalidades. Este fato contribuiu enormemente para impulsionar o processo de ‘modernização conservadora’ da economia agrícola brasileira.

A análise cuidadosa do estatuto da Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina – CAMDA permite-nos constatar como os elementos conservadores e autoritários da Lei n.º 5.764/71 encontram-se presentes e foram impressionantemente intensificados. Dois bons exemplos disso estão nos capítulos IV e XI, que regulamentam os critérios para admissão de novos sócios e o ‘processo eleitoral’ da cooperativa.

Os posseiros, meeiros, sitianteiros ou agregados, que não possuem um título de propriedade ou qualquer outro instrumento jurídico capaz de ‘legitimar’ o uso que

¹⁷³ LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Cooperativismo e Reprodução Camponesa*, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, São Paulo: Cortez, 1981, p.145.

¹⁷⁴ LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Cooperativismo e Reprodução Camponesa*, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, São Paulo: Cortez, 1981, p.136.

¹⁷⁵ SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, São Paulo: Cortez, 1981, p.39.

fazem da terra, não conseguem ingressar nas cooperativas. Como já demonstramos em outras passagens deste trabalho¹⁷⁶, estes tipos ordinariamente podem ser enquadrados como camponeses patriarcais pré-modernos, uma vez que cultivam a terra visando o auto-sustento e praticam escassos intercâmbios com o mercado, o que os tornam desinteressantes para a cooperativa.

A bem da verdade, todos eles estão inseridos naquele conjunto de relações pré-capitalistas de produção que interagem e tornam possível a continuidade das relações de produção capitalistas no campo. A expropriação do sobre-trabalho desses tipos camponeses dá-se por outras vias e seus excedentes, quando existentes, são tão insignificantes que não interessam a cooperativa. Como, via de regra, fazem uso de tecnologias muito atrasadas os serviços oferecidos pelas cooperativas (compras em comum de maquinários, equipamentos ou insumos) lhes são inacessíveis ou simplesmente desnecessários.

Considerando que a Lei n.º 4.764/71 não vedou a possibilidade que ocorram sucessivas reconduções daqueles 2/3 (dois terços) restantes que compõem o Conselho Administrativo, teremos a receita perfeita para aquele “grupo de dirigentes com tendência a perpetuar-se, posto que as renovações, além de parciais, não estão reguladas pela cláusula de rodízio”¹⁷⁷. Com isto, uma minoria economicamente poderosa pode permanecer indefinidamente na diretoria da cooperativa, burocratizando-a e inviabilizando o controle democrático e a participação efetiva dos sócios.

O aspecto que merece a maior atenção em nossa análise é o fato da lei brasileira autorizar que pessoas jurídicas ingressem em conjunto com pessoas físicas nas cooperativas (artigo 29, § 2º)¹⁷⁸, bastando para isso que elas “tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas” (artigo 6º, inciso I). No caso da CAMDA, a expressão ‘excepcionalmente permitida’ foi omitida do § 2º do artigo

¹⁷⁶ Seção III do Capítulo I e Seção II do Capítulo II.

¹⁷⁷ LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e Reprodução Camponesa, in LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1981, p.137.

¹⁷⁸ Art. 29. ... § 2º Poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas. § 4º Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade.

10 de seu estatuto¹⁷⁹, que apenas exige do cooperado que ele se enquadre aos objetivos da sociedade.

A indevida ‘associação’ entre pessoas físicas e jurídicas acaba gerando as mais nefastas conseqüências àquelas unidades produtivas que se baseiam apenas no trabalho familiar, pois vendem sua produção ao preço de mercado e conjuntamente com as empresas agrícolas que exploram mão-de-obra assalariada. Como a subordinação da agricultura aos setores industrial, comercial e financeiro encontra-se consolidada há algumas décadas, os baixos preços pagos pelos gêneros alimentares e matérias-primas forçaram os camponeses à progressivamente intensificar o trabalho familiar, fornecendo o sobre-trabalho apropriado pelo sistema sob formas diversas.

Do ponto de vista econômico, os benefícios desfrutados pelos grandes produtores vão muito além das possibilidades ofertadas por estas operações. Após receber a produção dos associados à cooperativa pode dispor livremente das mercadorias, inclusive para ofertá-las em garantia nas operações de crédito (artigo 83). Além do acima referido (estatuto, artigo 9º), o estatuto da CAMDA dispõe sobre a possibilidade de acordo com os produtores interessados, visando à “autorização de descaracterização de seus cafés, os quais passarão a serem comercializados via mercado comum pela CAMDA, podendo, inclusive, vir a obter maiores resultados em relação aos que permanecerem ‘caracterizados em armazéns’” (estatuto, artigo 9º, Parágrafo Único).

Mas o armazenamento e a venda em comum da produção não propiciam aos grandes produtores ganhos diretos sobre os camponeses. Como já afirmamos anteriormente o sobre-trabalho do campesinato e grande parte da mais-valia gerada pelos trabalhadores das empresas agrícolas capitalistas são apropriados por outros setores econômicos que dominam a agricultura. O que as cooperativas permitem é a eliminação dos intermediários, que anteriormente retinham para si uma parcela do valor da produção. Essa parcela, antes diluída entre os ‘atravessadores’ passou em parte a ser retida pela cooperativa, que depois de apuradas as despesas e eventuais perdas, distribui as sobras na proporção das operações que os cooperados realizam com a cooperativa.

¹⁷⁹ Art. 10. ... § 2º. Poderão ainda associar-se à Cooperativa, as pessoas jurídicas, que satisfeitas as condições descritas neste artigo e Legislação Cooperativista vigente, se enquadrarem nos objetivos da sociedade, o mesmo podendo ocorrer com associação de produtores e cooperativas singulares.

Neste sentido, a cooperativa além de atenuar a descapitalização dos grandes produtores ainda distribui as sobras, ou os eventuais prejuízos, proporcionalmente a fruição dos serviços ofertados (artigo 80, inciso II), ao passo que as despesas gerais são igualitariamente rateadas (artigo 80, inciso I)¹⁸⁰. Assim disciplina o artigo 4º, inciso VII da Lei n.º5.764/71, que “estabelece o retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral”¹⁸¹. O artigo 21, inciso IV determina a inclusão deste item nos estatutos da cooperativa¹⁸², como o fez a CAMDA ao reproduzir literalmente o texto legal em seu artigo 13, ‘a1’ e ‘a2’. A diferença, no caso da cooperativa analisada, é que “as sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, serão rateadas entre os associados em partes diretamente proporcionais as suas operações de compras e vendas em comum” (estatuto, artigo 81, parágrafo único).

¹⁸⁰ Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços. I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído os serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto; II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

¹⁸¹ Art. 44. A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia: I - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

¹⁸² Art. 21. O estatuto da cooperativa deverá indicar: ... IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _ **ABRAMOVAY, Ricardo.** *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo: HUCITEC, 1992.
- _ **ALVES, Francisco de Assis; MILANI, Imaculada Abenante Milani.** *Sociedades Cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para constituição e fundionamento*, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- _ **ARCHETTI, Eduardo; STÖLEN, Kristi Anne.** *Explotación Familiar y Acumulación de Capital en el Campo Argentino*, Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- _ **AMEGHINO, Eduardo Azcuy.** *Trincheras en la Historia – historiografía, marxismo y debates*, Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.
- _ **ANDERSON, Perry.** *Considerações sobre o Marxismo Ocidental – Nas Trilhas do Materialismo Histórico*, São Paulo: Boitempo, 2004.
- _ **ANTUNES, Ricardo (org.).** *A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels*, São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _ **BARRAL, Welber.** *Metodologia da Pesquisa Jurídica*, 6ª ed., Florianópolis: Boiteux, 2003.
- _ **BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge.** *Historia del Agro Argentino: Desde la conquista hasta fines del siglo XX*, Buenos Aires: Grijalbo Mondadori, 2001.
- _ **BECHO, Renato Lopes.** *Elementos de Direito Cooperativo*, São Paulo: Dialética, 2002.
- _ **BOMBARDI, Larissa Mies.** *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*, São Paulo: Annablume, 2004.
- _ **BULGARELLI, Waldirio.** *As Sociedades Cooperativas e sua Disciplina Jurídica*, Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- _____. *Elaboração do Direito Cooperativo*, São Paulo: Atlas, 1967.
- _ **CALVA, José Luis.** *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado*, México: Siglo XXI, 1988.
- _ **CAÑIZARES, Fernando Diego.** *Teoría del Derecho*, Ciudad de La Habana – Cuba: 1979.
- _ **CAPSTICK, Margaret.** *La Economía de la Agricultura*, México: FCE, 1976.

- _ **CARVALHO, Horácio Martins de.** *O Campesinato no Século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- _ **CARVALHO, João Carlos M. de.** *Camponeses no Brasil*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- _ **CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli.** *Contestado – Espaço do camponês, tempo da propriedade privada*, Florianópolis: Boiteux, 2003.
- _ **CERQUEIRA, Laurez.** *Florestan Fernandes – vida e obra*, São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _ **CHAUÍ, Marilena.** *Cultura e Democracia*, São Paulo: Moderna, 1981.
- _ **CLAVAL, Paul.** *Geografia Econômica*, Barcelona: Oikos-tau, 1980.
- _ **COGGIOLA Osvaldo.** *Introdução à Teoria Econômica Marxista*, São Paulo: Viamundo, 1998.
- _ **COMPARATO, Bruno Konder.** *A Ação Política do MST*, São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- _ **COSTA NETO, Canrobert.** *Políticas Agrárias na Bolívia (1952-1979) – Reforma ou revolução?*, São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _ **COUTINHO, Carlos Nelson.** *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.
- _ **DALLARI, Dalmo de Abreu.** *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 19ª edição, São Paulo: Saraiva, 1995.
- _ **ENGELS, Friedrich e MARX, Karl.** *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Moraes, 1984.
- _____. *O Manifesto Comunista*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _ **FAUSTO, Boris.** *História do Brasil*, 10ª ed., São Paulo: USP, 2002.
- _ **FERNANDES, Bernardo Mançano.** *Gênese e Desenvolvimento do MST*, São Paulo: MST, 1998.
- _ **FERNANDES, Florestan.** *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*, São Paulo: Zahar, 1975.
- _____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Em Busca do Socialismo – últimos escritos e outros textos*, São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- _ **FERREIRA, Pinto.** *A Reforma Agrária*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.
- _____. *Curso de Direito Agrário*, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 1998.
- _ **FLEURY, Maria Tereza Leme.** *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo do Brasil*, São Paulo: Global, 1983.
- _ **FONSECA, Pedro César Dutra.** *Vargas: o capitalismo em construção*, São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _ **FURTADO, Celso.** *Análise do Modelo Brasileiro*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Raízes do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _ **GALAFASSI, Guido (org.).** *El Campo Diverso – Enfoques y perspectivas de la Argentina agraria del siglo XX*, Buenos Aires, UNQ, 2004.
- _ **GALVÃO, Walnice Nogueira.** *O Império do Belo Monte – Vida e morte de Canudos*, São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- _ **GOHN, Maria da Glória.** *História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da cidadania dos brasileiros*, 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. **(org.).** *Movimentos Sociais no Início do Século XXI – Antigos e novos atores sociais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _ **GOMES, OZIEL.** *Lênin e a Revolução Russa*, São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- _ **GONÇALVES NETO, Wenceslau.** *Estados e Agricultura no Brasil – política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 - 1980*, São Paulo: Hucitec, 1997.
- _ **GÖRGEN, Sérgio Antônio.** *Marcha ao Coração do Latifúndio*, Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa*, 3ª ed., 2004.
- _ **GRAMSCI, Antonio.** *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _ **GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei.** *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Atlas, 1997.
- _ **GRUPPI, Luciano.** *Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*, 14ª ed., São Paulo - SP: Ed. L&PM, 1980.

- _ **GUIMARÃES, Antonio Monteiro (org.).** *Dicionário do Pensamento Marxista*, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _ **GUIMARÃES, Samuel Pinheiro.** *Quinhentos Anos de Periferia*, 3ª ed., Porto Alegre: Contraponto, 2001.
- _ **HADDAD, Fernando.** *Em Defesa do Socialismo: Por ocasião dos 150 anos do Manifesto*, Petrópolis: Vozes, 1998.
- _ **HARDT, Michael; NEGRI, Antonio.** *Império*, 5ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*, Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _ **HOBBSBAWN, Eric.** *Era dos Extremos – o breve século XX, 1914-1991*, 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _ **HOLANDA, Sérgio Buarque de.** *Raízes do Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _ **IANNI, Octávio.** *A Luta Pela Terra: história social da terra e da luta da terra numa área da Amazônia*, Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _ **KAUTSKY, Karl.** *La Cuestión Agraria – Análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia*, 8ª ed., México: Siglo XXI, 1989.
- _ **LATTUADA, Mario; RENOLD, Juan Mauricio.** *El Cooperativismo Agrario ante la Globalización: Un análisis sociológico de los cambios en su composición, morfología y discurso institucional*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- _ **LÊNIN, Vladmir Ilich Ulianov.** *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, São Paulo: Mandacaru, 1990.
- _____. *Aos Pobres do Campo*, Luxemburg Internt Archive (marxists.org), 2002.
- _____. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América – novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- _____. *O Estado e a Revolução*, São Paulo: Hucitec, 1983.
- _____. *O Socialismo Pequeno-Burguês e o Socialismo Proletário*, Luxemburg Internt Archive (marxists.org), 2002.

- _____. *Karl Marx*, São Paulo: Mandacaru, 1990.
- _____. *Programa Agrário*, Luxemburg Internt Archive (marxists.org), 2002.
- _ **LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.)**. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, São Paulo: Cortez, 1981.
- _ **LUKÁCS, Georg**. *História e Consciência de Classe – Estudos sobre a Dialética Marxista*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _ **LUXEMBURGO, Rosa**. *Reforma ou Revolução*, Luxemburg Internt Archive (marxists.org), 2002.
- _ **LYRA FILHO, Roberto**. *O que é direito*, 17ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _ **MACHADO, João Marcelo Borelli**. *Apostamentos Científico-Socialistas sobre a Formação do Estado Brasileiro*, Fortaleza: CONPEDI, 2005.
<http://conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Joao%20Marcelo%20Borelli%20Machado.pdf>
- _____. *Violência Judicial Contra os Movimentos Populares no Paraná*, Londrina: GEPAL – UEL, 2005.
- _ **MANCE, Euclides André (org.)**. *Como Organizar Redes Solidárias*, Rio de Janeiro: IFIL, 2003.
- _ **MARTINS, Mônica Dias (org.)**. *O Banco Mundial e a Terra – ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*, São Paulo: Viramundo, 2004.
- _ **MARX, Karl**. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, 2ª ed., São Paulo: Avante, 1984.
- _ **MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro**. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Pioneira, 2002.
- _ **MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha**. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.
- _ **MEZZAROBBA, Orides**. *O Partido Político em Marx e Engels*, Florianópolis: Paralelo 27 – CPGD, 1998.
- _ **MORISSAWA, Matsue**. *A História da Luta pela Terra e o MST*, São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- _ **NOVAIS, Fernando Antonio**. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (177-1808)*, 6ª ed., São Paulo, Hucitec, 1995.
- _ **OLIVEIRA, Ariovaldo de**. *A Agricultura Camponesa no Brasil*, 4ª ed., São Paulo: Contexto, 2001.
- _ **OLIVEIRA, Francisco de**. *A Navegação Venturosa – ensaios sobre Celso Furtado*, São Paulo: Boitempo, 2003.

- _____. *Crítica à Razão Dualista; O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _ **PINHO, Diva Benevides**. *A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista: suas modificações e utilidade*, 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1965.
- _____. *Cooperativismo e Desenvolvimento das Zonas Rurais do Estado de São Paulo*, São Paulo: CIBPU, 1964.
- _____. *Dicionário de Cooperativismo: doutrina, fatos gerais e legislação cooperativa brasileira*, 2ª ed., São Paulo: USP, 1962.
- _____. *Economia e Cooperativismo*, São Paulo: Saraiva, 1977.
- _ **PINSKY, Jaime (org.)**. *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo: Hucitec, 1977.
- _ **PIRES, Maria Luiza Lins e Silva**. *O Cooperativismo Agrícola em Questão: A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do leste do (Quebec) do Canadá*, Recife: Massangana, 2004.
- _ **POLONIO, Wilson Alves**. *Manual das Sociedades Cooperativas*, 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- _ **PRADO JÚNIOR, Caio**. *A Revolução Brasileira*, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1968.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*, 43ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *Questão Agrária*, São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _ **RANGEL, Ignácio de Mourão**. *Obras Reunidas*, vols. 1 e 2, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- _ **REIS FILHO, Daniel Aarão (org.)**. *O Manifesto Comunista 150 anos depois*, Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 1998.
- _ **REZENDE FILHO, Cyro de Barros**. *Economia Brasileira Contemporânea*, 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2002.
- _ **RIBEIRO, Darcy**. *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _ **SAMPAIO, Plínio de Arruda; STEDILE, João Pedro**. *Historia, Crise e Dependência do Brasil*, Cartilha 03, 5ª ed., São Paulo: MST, 2003.
- _ **SANTOS, Boaventura de Souza**. *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **(org.)**. *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- _ **SANTOS, Milton.** *Economia Espacial – Críticas e Alternativas*, São Paulo: USP, 2003.
- _ **SILVA, José Graziano da.** *A Modernização Dolorosa - estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*, Campinas: UNICAMP, 1996.
- _____. *O Que é Questão Agrária*, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _ **SINGER, Paul.** *Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas*, São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- _____. *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*, Petrópolis: Vozes, 1998.
- _ **SORJ, Bernardo.** *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- _ **SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; MOLINA, Mônica Castagna; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (orgs.).** *Introdução Crítica ao Direito Agrário*, Brasília: UnB, 2002.
- _ **STÉDILE, João Pedro.** *Latifúndio: O Pecado Agrário Brasileiro*, 2ª ed., São Paulo: MST, 2003.
- _ **TUNG, Mao Tse.** *Como Determinar las Clases en las Zonas Rurales*, Obras Escogidas, Pequim, 1976, t. I, 1933.
- _ **VEIGA, José Eli da.** *O Que é Reforma Agrária*, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _ **VERAS NETO, Francisco Quintanilha.** *Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*, Curitiba: Juruá, 2002.
- _ **WOLKMER, Antonio Carlos.** *Ideologia, Estado e Direito*, 2ª ed., São Paulo: RT, 1995.